

**PROJETO: REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO
DO DIÁLOGO SOCIAL**

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
II SEMINÁRIO DO PROJETO: DIFUSÃO DE AÇÕES
COLETIVAS PARA A FORMALIZAÇÃO**

São Paulo, 29 e 30 março de 2012

Convênio ATN/ME – 11684-BR

março de 2012

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DO EVENTO/OFICINA	4
PROGRAMAÇÃO	4
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	7
ABERTURA	9
APRESENTAÇÃO ENFRENTAMENTO DA INFORMALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	12
MESAS REDONDAS	13
APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROJETO	18
ENCAMINHAMENTOS	19
AVALIAÇÃO FINAL	20
ANEXO 1- APRESENTAÇÕES	23
ANEXO 2- FOTOS DO SEMINÁRIO	78
ANEXO 3- LISTAS DE PRESENÇA	83

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar o II Seminário do Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social, realizado nos dias 29 e 30 de março de 2012, em São Paulo - SP, que contou com a participação de representantes de entidades governamentais, entidades parceiras (nacionais e internacionais) e entidades sindicais de trabalhadores e patronais dos pilotos selecionados: Comércio em Porto Alegre/RS, Construção Civil em Curitiba/PR, Setor Rural na Agricultura Familiar em Ituporanga/SC, Confeções no Agreste Pernambucano e Cooperativismo na Cadeia da Cajucultura em Pacajus/CE.

Após a abertura do seminário, foi constituída a mesa para apresentação dos resultados da avaliação intermediária do projeto realizada pelo Professor Carlos Salas, e de questões voltadas ao enfrentamento da informalidade no Brasil e na América Latina, os debatedores chamaram a atenção sobre os aspectos específicos da metodologia e sobre os impactos promovidos pelo diálogo social nas comunidades. O economista Bruno Giometti destacou as características da economia e do movimento sindical do Uruguai e, ainda, as possibilidades e dificuldades de implantação de um processo análogo naquele país.

No mesmo dia 29.04 foram constituídas com os atores sociais e convidados as mesas redondas dos pilotos: agricultura familiar em Ituporanga/SC, construção civil em Curitiba e confeções no Agreste Pernambucano, com exposições sobre as ações realizadas e debates sobre os resultados alcançados desde o início da execução do projeto.

No dia 30, deu-se a continuidade das atividades do seminário com a constituição das mesas redondas dos pilotos: Cooperativas – piloto da Cadeia da Cajucultura no Ceará e comércio em Porto Alegre/RS, além da apresentação da estratégia de comunicação do projeto e debates em torno das formas de difusão das ações bem sucedidas para cada piloto selecionado. Por fim, foi realizada a sistematização do seminário com o conjunto de participantes, bem como foram definidos os encaminhamentos do projeto e partilhada a avaliação individual do evento.

DESCRIÇÃO DO EVENTO

Tipo de Atividade: Seminário

- **Nome:** II Seminário do Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social – Difusão de ações coletivas para a formalização.
- **Local:** Leques Brasil Hotel-Escola – São Paulo - SP
(Rua São Joaquim, 216, Liberdade, São Paulo)
- **Data:** 29 e 30 de março de 2012

PROGRAMAÇÃO

29 de março (quinta-feira)

Manhã

❖ 9h00 – 10h00: Mesa de abertura

Clemente Ganz Lúcio (*Dieese – Diretor Técnico*)

Ismael Gílio (*Coordenador FOMIN/BID*)

Leonardo Rolim Guimarães (*MPS – Secretário de Políticas de Previdência Social*)

Rodolfo Torelly (*MTE – Diretor do Departamento de Emprego e Salário*)

Vanderley Maçanero (*ANFIP- Assessor da Presidência*)

Carlos Rogério Nunes (*CTB – Secretário de Políticas Sociais e Esportes*)

Francisco Calazans Lacerda (*NCST- Diretor de Assuntos Jurídicos*)

Rosângela D’Angelis Brandão (*FBB- Assessora de Projetos*)

❖ 10h00- 12h00: O Enfrentamento da Informalidade no Brasil e na América Latina

- **Mediadora:** Rosane Maia (*DIEESE – Coordenadora Geral do Projeto*)
- **Expositor:** Carlos Salas (*UNICAMP/CESIT*)
- **Debatedores:** Bruno Giometti (*PIT CNT, Uruguai – Pesquisador do Instituto Cuesta Duarte*)
Ruth Coelho Monteiro (*Força Sindical – Secretária de Cidadania e Dir. Humanos*)
Sandro Pereira (*IPEA – Economista*)

12h00 – 13h30: Almoço

❖ 13h30-15h00: I MESA REDONDA - Agricultura Familiar: Piloto de Ituporanga/SC

1. *Avanços da experiência de implantação do contrato de curta duração (Lei 11.718/2008).*
2. *Grupo de Trabalho Interministerial: simplificação e unificação das declarações sociais*
 - **Mediador:** Carlos Rogério Nunes (*CTB - Secretário de Políticas Sociais e Esportes*)

- *Expositores:* Luismar Ribeiro (CONTAG- Assessor da Secretaria de Assalariados)
Sebastião Rosa (Presidente do Sind. dos Trab. Rurais de Ituporanga)
Júnior Dias (DIEESE – Coordenador do Projeto-Piloto)
- *Debatedores:* Samuel Kruger (Receita Federal do Brasil – Gerente do Projeto EFD- Social, Folha de Pagamento Digital).
Lilian Rezende (SRT-SC/MTE – Coordenadora da Fiscalização)
(MPS/INSS – Programa de Educação Previdenciária)

❖ **15h00 – 16h30 II MESA REDONDA: Piloto da Construção Civil em Curitiba - PR**

1. *Negociação Nacional do Setor da Construção Civil*

2. *Iniciativas locais*

- *Mediador:* Clóvis Scherer (DIEESE – Supervisor do ER-DF)
- *Expositores:* Lenina Formaggi (DIEESE – Coordenadora do Projeto-Piloto)
Manoel Messias Nascimento Melo (CUT – Secretário Nacional de Relações do Trabalho)
- *Debatedores:* Euclésio Finatti (SINDUSCON/PR)
Vanderley Maçanero (ANFIP – Assessor);
Gleide Santos Costa (MTE/SPPE – Coordenador do SINE)

16h30 – 16h50: Café

❖ **16h50 – 18h00 III MESA REDONDA: Piloto de Confecções no Agreste Pernambucano - PE**

1. *Avanços e impasses da formalização no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*

2. *Programa do Micro Empreendedor Individual - MEI*

- *Mediadora:* Luis Antônio Festino (NCST)
- *Expositores:* Flora Duarte (Presidenta do Sind. das Costureiras de Pernambuco)
Luana Santos (ACIPA – Associação Comercial e Empresarial de Pão de Açúcar)
Milena Prado (Coordenadora do Projeto-Piloto)
- *Debatedores:* Helena Rego (SEBRAE – Analista Técnica da Unidade de Políticas Públicas)

30 de março (sexta-feira)

❖ 09h00-10h30: **IV MESA REDONDA: Cooperativas – Piloto da Cadeia da Cajucultura no Ceará**

1. *Matriz de demandas e plano de ação para o piloto*
2. *Cooperativismo e Proteção Social*

- *Mediador:* Reginaldo Aguiar (DIEESE - Supervisor do ER/CE)
- *Expositores:* Raimundo Soares (Diretor da COPACAJU)
Raimundo Pereira (Diretor da COPACAJU)
Tereza Davila (Consultora)
- *Debatedores:* Sandro Pereira (IPEA – Economista)
Carolina Barbieri (MPS/SPPS/DRGPS)
Regilane Fernandes (MTE/SENAES)
Rosângela D'Angelis Brandão (FBB)

10h30 – 10h50: Café

❖ 10h50 – 12h30: **V MESA REDONDA: Piloto do Comércio em Porto Alegre - RS**

1. *Resultados da Pesquisa com Grupo Focal realizada no comércio de Porto Alegre/RS*
2. *Discussão sobre recomendações de políticas públicas*

- *Mediador:* Valdir Santos de Lima (Sindec/POA – Força Sindical)
- *Expositores:* Daniela Sandi (DIEESE – Coordenadora do Projeto Piloto)
Alfonso Limberger (Associação de Comerciantes Populares de POA)
- *Debatedores:* Luciana Itikawa (Centro Gaspar Garcia);

12h30 – 14h00: Almoço

❖ 14h00 – 14h45: **ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROJETO**

- **Apresentação:** Marcio Godinho (Consultor de Comunicação – *Duploofício*)

❖ 14h45 – 16h15: **Elaboração coletiva:**

- Estratégias para avançar na comunicação/difusão das ações coletivas.
- Recomendações para o prosseguimento do projeto.

16h15 – 16h30: Café

- ❖ 16h30 – 17h00: Sistematização final
- ❖ 17h00 – 17h30: Avaliação e Encerramento

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

NOME	INSTITUIÇÃO
Ademir Figueiredo	DIEESE
Adriana Jungbluth	DIEESE
Adriana Nunes Costa	SMTE/SINE- POA
Alfonso Limberger	ACCPC - POA
Andrea Rufato	MPS
Antonio Ibarra	DIEESE
Aurora Flora Duarte	SindCostura PE
Bruno Giometti	PIT- CNT- URUGUAI
Carlos Geraldo Almeida	SRTE-SP
Carlos Rogerio Nunes	CTB
Carlos Salas	DIEESE
Carolina Barbieri	MPS/SPPS
Clemente Ganz Lúcio	DIEESE
Clóvis Scherer	DIEESE
Daniel Lage	DIEESE
Daniela Sandi	DIEESE
Danielle Kineipp	Ministério do Trabalho e Emprego
Edinaldo Daniello	Shopping do Povo - POA
Emanuel de Araújo Dantas	MPS
Euclésio Finatti	Sinduscon - PR

Fernando Junqueira	DIEESE
Filipe Leite	MPS
Francisco Calazans Lacerda	NCST
Gleide Santos Costa	Ministério do Trabalho e Emprego
Helena Rego	SEBRAE
Ismael Gilio	BID
Jackeline Natal	DIEESE
Jeremy Grest	STREET NET
Jose de Oliveira Lima	SINTRACON
Júnior Dias	DIEESE
Leonardo Escobar	DIEESE
Leonardo José Guimarães	Ministério da Previdência Social
Lilian Arruda Marques	DIEESE
Luana Tais Santos	ACIPA-PE
Lucia dos Santos Garcia	DIEESE
Luciana Itikawa	Centro Gaspar Garcia
Luis Antônio Festino	NCST
Luis Moura	DIEESE
Luismar Ribeiro Pinto	CONTAG
Marcos Aurélio Souza	DIEESE
Maria Neuza	SINTRACON
Milena Prado	DIEESE
Patrícia Costa	DIEESE
Pedro Cesar Santos	SEBRAE - PR
Raimundo Pereira da Silva	Central Copacaju

Raimundo Soares da Silva	Central Copacaju
Regilane Fernandes da Silva	SENAES/Ministério do Trabalho e Emprego
Reginaldo Aguiar	DIEESE
Renata Bilzuno	DIEESE
Ricardo Franzoi	DIEESE
Roberto Anacleto dos Santos	DIEESE
Rodolfo Pérez Torelly	Ministério do Trabalho e Emprego
Rosane Maia	DIEESE
Rosilene de Sousa Cruz	DIEESE
Ruth Monteiro	Força Sindical
Samira Sehatzmann	DIEESE
Sandro Pereira	IPEA
Sebastião Rosa	STR - Ituporanga
Stênia Pereira	DIEESE
Tereza D'Avila Brito	Central Copacaju
Valdir Santos Lima	Força Sindical
Vanderley Maçaneiro	ANFIP

Dia 29.03.2012 – manhã

ABERTURA

A mesa de abertura do Seminário foi composta pelos representantes: Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do DIEESE; Leonardo Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; Rodolfo Torelly, Diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, Vanderley Maçaneiro, Assessor da Presidência da ANFIP, Rosângela Brandão, Assessora da Fundação Banco do Brasil - FBB, Ismael Gílio, especialista do Banco

Interamericano de Desenvolvimento – BID; Carlos Rogério Nunes, Secretário de Políticas Sociais e Esportes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil-CTB; Ruth Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos da Força Sindical e Francisco Calazans Lacerda, Diretor de Assuntos Jurídicos da Nova Central Sindical – NCST.

Clemente Ganz Lúcio saudou os participantes, e destacou as expectativas de transformar o Projeto Redução da Informalidade em um programa permanente do DIEESE, inserindo o tema nas diferentes áreas que a instituição desenvolve, além de definir novas diretrizes para a execução do projeto nos pilotos selecionados, com a expectativa de que a metodologia e as ações desenvolvidas tenham repercussão nacional. Em seguida, passou a palavra aos demais integrantes da mesa, que expuseram as seguintes visões de cada instituição sobre o tema informalidade e a execução do projeto:

- **Ismael Gílio/ BID** - Satisfação com o projeto desde o início de sua execução e com o DIEESE, que tem a capacidade de reunir outras instituições para promover o diálogo social. Expectativa de desenvolver o projeto em outras cadeias produtivas no Brasil.
- **Leonardo Guimarães/MPS** – Comentou as reuniões realizadas periodicamente no Ministério da Previdência Social para discutir questões referentes à simplificação do contrato de curta duração na área rural tendo a possibilidade de reduzir as dificuldades para o pequeno agricultor, permitindo um processo simplificado de formalização. Citou o Sebrae como grande parceiro do órgão por meio da execução do programa MEI – Microempreendedor Individual. Destacou a importância de discutir outros ganhos para o trabalhador além da cobertura previdenciária, como o acesso ao crédito.
- **Rodolfo Torelly/ MTE**- Enfatizou a relevância de se discutir o tema informalidade e de envolver as secretarias do MTE e seus programas de qualificação, como o PNQ, além do Pronatec, voltado ao beneficiário do seguro-

desemprego, e ainda, as Comissões Municipais de Emprego na execução do projeto.

- **Vanderley Maçaneiro/ANFIP** – Relatou a histórica atuação da instituição no contexto previdenciário brasileiro e na luta pela extensão da cobertura da previdência pública, bem como na articulação de medidas que promovam a redução da informalidade dos trabalhadores no âmbito do projeto coordenado pelo Dieese, em especial para aqueles que atuam como conta-própria (reconfiguração da rede de proteção social).
- **Rosângela Brandão/FBB** – Explanou sobre a estratégia da FBB no desenvolvimento sustentável em tecnologias sociais. Destacou a cooperação com o DIEESE para auxiliar os trabalhadores das cooperativas da cajucultura no Ceará. Necessidade de adequar as normas que atendam o “Brasil Solidário”.
- **Carlos Rogério Nunes/CTB** – Expectativa do movimento sindical em promover mais diálogo social para o enfrentamento da informalidade. Considerou o enorme desafio para os trabalhadores em situação de precarização em sua organização para acessar direitos e garantias previdenciárias.
- **Luis Antônio Festino/NCST** – Destacou o empenho da Nova Central e o comprometimento com as instituições parceiras do projeto, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social para enfrentar os obstáculos no desenvolvimento de ações propositivas.
- **Ruth Monteiro/Força Sindical** – Considerou que o projeto, ao longo dos últimos anos, promoveu uma ampla sensibilização acerca da importância da proteção social universal, destacando a existência de formas perversas de burla aos direitos dos trabalhadores, autoexploração, precarização do trabalho e da condição social das pessoas e das comunidades. A Força Sindical defende que a carteira de trabalho não pode ser vista como um privilégio.

APRESENTAÇÃO: ENFRENTAMENTO DA INFORMALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

O Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas – Unicamp – SP, Carlos Salas, apresentou as suas considerações sobre o tema informalidade no Brasil e na América Latina, e aspectos relevantes da sua avaliação do projeto.

Mencionou a limitação do conceito de informalidade e os dilemas conceituais para se enfrentar o problema na América Latina, restringindo-se o alcance da proteção social. Trata-se de um problema que envolve diversas questões, dentre elas, a ausência de direitos trabalhistas e a necessidade de capacitação profissional contínua. Citou os estudos de casos e os programas desenvolvidos para tratar da informalidade que não obtiveram o devido êxito, seja pela insuficiência de políticas (macro) abrangentes e voltadas para a criação de postos de trabalho ou para o fortalecimento de pequenas e médias empresas.

Defendeu a importância de uma política abrangente para a geração de emprego e renda que utilize mecanismos para melhorar as condições de vida das camadas mais vulneráveis da população.

Quanto ao projeto, Carlos Salas avaliou que se trata de uma metodologia única, encontrando no Brasil o momento propício para sua execução, considerando a capacidade organizativa dos trabalhadores e a recepção de suas demandas pelo Estado, nas suas diferentes esferas. Por fim, ponderou que o projeto não poderá solucionar todos os problemas que envolvem a informalidade dos setores selecionados, mas poderá dar grandes contribuições.

DEBATEDORES

Bruno Giometti (PIT CNT, Uruguai – Pesquisador do Instituto Cuesta Duarte) - a informalidade também é um grande problema no Uruguai e seu conceito se restringe a falta de proteção social, como destacou o Professor Carlos Salas, e que, no entanto, o problema é muito maior e não se associa unicamente a essa questão. Mencionou o

trabalho do movimento sindical no Uruguai para lutar pelos direitos das empregadas domésticas, com políticas de combate à informalidade.

Ruth Monteiro–(*Força Sindical*)- Com a apresentação do Professor Carlos Salas, percebeu que o projeto tem se conduzido pelo caminho certo. Não se desejava, em sua formulação inicial, ter uma definição única, ou o mesmo tratamento para todos os pilotos. Destacou as seguintes questões: os sindicatos têm várias limitações para organizar os setores informais. Como organizar esses setores? Como trabalhar na organização dos cooperativados e na representatividade dessas pessoas em suas diferentes inserções produtivas? Até que ponto interessa a essas pessoas ingressarem numa política setorial e assistencialista? Propriedade dos meios de produção - que papel tem relevância na definição desses grupos?

Sandro – (*IPEA*)- Expôs o longo desenvolvimento e desafios para o movimento da economia solidária, em especial acerca do cooperativismo no Brasil e nas sociedades europeias. Destacou o significado do novo piloto da economia solidária e os ganhos que essa iniciativa traz para o projeto. Nesse âmbito, a nota técnica do Ministério da Previdência Social que esclarece acerca da participação do segurado especial em sociedade cooperativa deve ser difundida para todo o País. Questionou a forma dessa divulgação. Como reproduzir essa informação para atingir o cooperado na ponta?

29.03.12 - Tarde

1ª MESA REDONDA – AGRICULTURA FAMILIAR: PILOTO DE ITUPORANGA/SC

Mediador: Carlos Rogério Nunes (CTB)

Expositores: Luismar Ribeiro (Contag)

Sebastião Rosa (Sind. Dos Trab. Rurais de Ituporanga/SC)

Junior Dias (Dieese)

Debatedores: Samuel Kruger (Receita Federal do Brasil)

Lilian Rezende (SRT-SC/MTE)

Apresentação das ações desenvolvidas no piloto: atividades realizadas pelo projeto no piloto em 2011: reunião no Ministério da Previdência Social para discussão

sobre o Piloto (Adequação GFIP); seminário de Capacitação de lideranças locais para a contratação de assalariados na agricultura familiar (Lei 11.718/2008); publicação da Portaria nº. 491 que cria o Grupo Interministerial; e II Seminário de Capacitação de Lideranças Locais (Educação previdenciária). O piloto na visão da Contag: Mobilização Nacional de Assalariados e confecção do folder: “O Monstro da Informalidade”. Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga e da Fetaesc - Mobilização de representantes locais, entre eles, trabalhadores, governos, entidades sindicais e produtores familiares que instituíram o Fórum de Diálogo Social no município de Ituporanga/SC, e o desenvolvimento de um programa para simplificação do processo de contratação no meio rural.

Questões abordadas no debate: atuação da fiscalização do trabalho na região da cebola, no Estado de Santa Catarina, implementação da folha digital – simplificação do contrato de curta duração para trabalhadores rurais e do módulo simplificado para o segurado especial pela Receita Federal do Brasil e seu cronograma de implantação.

2ª MESA REDONDA: PILOTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA - PR

Mediador: Clóvis Scherer (DIEESE)

Expositores: Lenina Formaggi (DIEESE)

Manoel Messias Nascimento Melo (CUT)

Debatedores: Euclésio Finatti (SINDUSCON/PR)

Vanderley Maçanero (ANFIP);

Gleide Santos Costa (MTE/SPPE)

Apresentação das ações realizadas no piloto: Programa de combate à informalidade – iniciativa do Sinduscon/PR em conjunto com entidades públicas e privadas; formalização da participação do DIEESE no Comitê de Incentivo à Formalização em Curitiba/PR; distribuição de panfleto elaborado com o apoio do Sinduscon/PR e Dieese para os trabalhadores em feira do emprego municipal, e, em parceria com a SMTE, distribuídos nos postos do SINE de Curitiba/PR; elaboração de

uma cartilha com orientações para o trabalhador da construção civil: “exigências trabalhistas de segurança, previdenciárias e técnicas na construção de obras”.

Questões abordadas no debate: insuficiência da ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a ausência da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE no diálogo temático das obras da construção para a copa do mundo; preocupação com a terceirização no setor da construção civil; necessidade de discutir a formalização do trabalhador desse setor pelo MEI; possibilidade de articular o trabalho do Sinduscon/PR com o Programa de Educação Previdenciária – PEP/MPS de Curitiba/PR para que as informações e esclarecimentos sobre os benefícios previdenciários possam chegar ao trabalhador; elevar o piloto como compromisso nacional, com o intuito de promover uma ação específica, criando interlocução entre as empresas e trabalhadores e a maior divulgação do compromisso para os atores sociais nas pontas.

3ª MESA REDONDA: PILOTO DE CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO - PE

Mediador: Luís Antônio Festino (NCST)

Expositores: Flora Duarte (Sind. das Costureiras de Pernambuco)

Luana Santos (ACIPA – Associação Comercial e Empresarial de Pão de Açúcar)

Milena Prado (DIEESE)

Debatedores: Helena Rego (SEBRAE)

Apresentação das ações realizadas no piloto: Ação de conscientização pela Associação Comercial e Empresarial de Pão de Açúcar/PE, e percepção de uma mudança de cultura na região a partir dos interesses de jovens trabalhadores em serem formalizados a partir da assinatura da carteira de trabalho e passarem a ter acesso aos benefícios previdenciários. Reunião realizada em Santa Cruz do Capibaribe no dia 21 de

março/12 que promoveu a rediscussão das demandas do setor no Agreste Pernambucano.

Questões abordadas no debate: necessidade de articular a atuação dos sindicatos e do Ministério do Trabalho e Emprego para elevar a eficiência e eficácia da fiscalização no polo de confecções, importância do apoio do governo local para desenvolver ações no piloto, atuação do Sebrae tendo o MEI como uma alternativa para a formalização de trabalhadores; movimento de conscientização por meio do Programa de Educação Previdenciária; refletir e analisar as formas de acesso à formalização dos trabalhadores desse piloto, abrangendo várias ações, inclusive de apoio à formação de cooperativas e acesso ao crédito; estruturar o polo e promover uma nova governança. Considerou-se que o diagnóstico já está muito avançado e o que falta é “botar a mão na massa”. Será necessário apresentar alguma medida efetiva para fazer com que as pessoas acreditem na possibilidade de alterar a situação atual.

Dia 30.03.2012 - Manhã

4ª MESA REDONDA: COOPERATIVAS - PILOTO DA CADEIA DA CAJUCULTURA NO CEARÁ

Mediador: Reginaldo Aguiar (DIEESE)

Expositores: Raimundo Soares (COPACAJU)

Raimundo Pereira (COPACAJU)

Tereza Davila (COPACAJU)

Debatedores: Sandro Pereira (IPEA)

Carolina Barbieri (MPS/SPPS/DRGPS)

Regilane Fernandes (MTE/SENAES)

Apresentação das ações realizadas no piloto: Copacaju/Central de Cooperativas-Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares. Oficinas realizadas no piloto para conhecimento das demandas dos trabalhadores das cooperativas do caju; capacitação pelo Programa de Educação Previdenciária, Unisol, IPEA e MPS; nota técnica

elaborada pelo Ministério da Previdência Social com esclarecimentos sobre a possibilidade de segurado especial integrar sociedade cooperativa; elaboração de uma cartilha para divulgação das informações.

Questões abordadas no debate: A nova lei de cooperativa não atende a realidade dos trabalhadores. As cooperativas ainda não estão integradas ao movimento de economia solidária estadual e nacional. Muito já se avançou na estruturação e organização de cooperativas singulares autênticas. Existe sinergia e muita vontade e capacidade dos membros para se alcançar maior organização produtiva, inclusive na formalização. As diversas necessidades de acesso ao crédito (para investimento e capital de giro) devem ser encaradas com prioridade nessa fase do projeto.

5ª MESA REDONDA: PILOTO DO COMÉRCIO EM PORTO ALEGRE – RS

Mediador: Valdir Santos de Lima (Sindec/POA – Força Sindical)

Expositores: Daniela Sandi (DIEESE)

Alfonso Limberger (Associação de Comerciantes Populares de POA)

Debatedores: Luciana Itikawa (Centro Gaspar Garcia);

Apresentação das ações realizadas no piloto: Experiência do ônibus da formalização, uma iniciativa da SMIC, CARRIS e Sebrae/RS no ano de 2011, que percorreu inúmeros bairros do município de Porto Alegre/RS, realizou registros de empreendedores individuais e forneceu orientações sobre gestão empresarial, microcrédito, alvarás e licenças municipais; realização da pesquisa de grupos focais com trabalhadores por conta-própria do comércio de Porto Alegre, do Shopping Popular de Vendas e da Avenida Assis Brasil, – o que possibilitou conhecer o perfil desses trabalhadores, as demandas por qualificação profissional e as dificuldades de acesso à formalização, notadamente via o MEI – Microempreendedor Individual. Foi apresentado aos participantes alguns resultados da pesquisa, como as condições de vida, jornada de trabalho, acesso a serviços de saúde, áreas de interesse por capacitação profissional, etc.

Questões abordadas no debate: os camelôs sofrem mais do que outras categorias de trabalhadores com as péssimas condições de trabalho e dificuldades de organização. Torna-se um desafio para o poder público lidar com suas demandas e prover acesso aos instrumentos de formalização. Os processos ilícitos devem ser coibidos, mas a ilegalidade deve ser transformada em legalidade por meios sustentáveis, visando à cidadania e à melhoria da qualidade de vida e de trabalho. O piloto deve avançar na formulação de políticas inovadoras para esse público, notadamente a educação profissional.

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PROJETO

O consultor de comunicação, Marcio Godinho, explicou como foi desenhada a estratégia de comunicação do projeto *Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social*, que resultou na produção do folder e do vídeo, os quais tiveram como objetivo sensibilizar a sociedade quanto ao problema da informalidade, apresentando experiências concretas de trabalhadores dos setores selecionados. Para a continuidade dessa comunicação do projeto, Marcio formulou as seguintes sugestões:

- *apostar na capacidade de multiplicação das redes sociais;
- *criar fatos novos, pois a comunicação se mantém de novidades- organizar e disponibilizar fatos e imagens mais importantes, pensando no reconhecimento futuro do papel do projeto;
- *a comunicação do projeto deve ser trabalhada de forma diferenciada em cada piloto, considerando as suas particularidades, como é o caso do setor rural que possivelmente tem dificuldades de acesso à internet, impossibilitando o conhecimento das informações disponibilizadas no site do projeto, bem como as notícias dos boletins eletrônicos enviados às redes. Pensar em outros instrumentos de comunicação para essas pessoas, como o rádio, eventos presenciais, cartilhas, etc.;

*Aproveitar os veículos já existentes de comunicação, em especial dos parceiros do projeto, organizando as formas de divulgação das informações pelas instituições, como a disponibilização de uma marca/link que identifique o projeto nos sites dessas organizações;

*Difusão do projeto nas redes sociais;

*A comunicação deve ser um trabalho integrado, constante e regular.

ENCAMINHAMENTOS

A coordenadora-geral do projeto, Rosane Maia, fez a sistematização do seminário, destacando os respectivos encaminhamentos para os pilotos selecionados:

Setor Rural em Ituporanga/SC – Reforçar a atuação com relação à interlocução com o governo (*e.g.* Ministério da Previdência Social). Acompanhar e reforçar o GT Interministerial (Portaria 491) para a simplificação dos processos de registro de formalização, em especial garantindo a definição antecipada das datas/prazos em que o grupo irá trabalhar e apresentar soluções. Atuação contínua no piloto com o apoio e planejamento da Contag.

Construção civil em Curitiba/PR – Inserir o plano de ação do piloto, especificamente a temática formalização, na agenda do grupo formado para o desenvolvimento do Compromisso Nacional da Construção Civil, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Discutir o plano de ação do piloto e encaminhar suas demandas no GT Interministerial (Portaria 491), em especial a simplificação dos registros administrativos e das declarações sociais. Divulgar as ações realizadas nos fóruns e eventos; e incentivar a realização de atividades de educação previdenciária por meio da equipe do Ministério da Previdência Social.

Confecções no Agreste Pernambucano– A coordenação local será responsável por contribuir para a construção de uma governança no piloto tendo como desafio a resistência de alguns atores em promover ações conjuntas e mobilizar os atores sociais para discutir as ações viáveis à formalização de trabalhadores do polo de confecções.

Comércio em Porto Alegre/RS- Investimento na visibilidade do projeto, tendo como instrumento os resultados do relatório da pesquisa realizada com trabalhadores do comércio de Porto Alegre/RS; sistematização das demandas dos atores sociais e endereçamento das demandas para as instituições envolvidas. A equipe da coordenação local assumirá a responsabilidade do DIEESE como mediador nesse processo, em especial com os órgãos do governo estadual e municipal. Difundir a experiência do ônibus da formalização para outras localidades.

Cooperativas na cadeia da Cajucultura – Trabalhar/investir na análise dos empreendimentos e no diagnóstico de sua capacidade organizativa e produtiva, visando sua sustentabilidade. Elaboração do plano de negócio para as cooperativas da cadeia da cajucultura, com o apoio do DIEESE e Unisol, a partir de maio/2012.

Encaminhamentos gerais

- Formalizar a parceria com o Ministério da Previdência Social e Sebrae;
- Promover a divulgação do MEI, com o apoio do Sebrae, na execução do plano de ações do piloto de confecções no Agreste Pernambucano e em outras localidades;
- Planejar a estratégia de comunicação para a continuidade do projeto, sobretudo o investimento necessário;
- A coordenação do projeto fará cumprir o cronograma do sistema de registro de documentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, financiador do projeto, com a entrega dos relatórios agendados para abril, maio e junho de 2012.

AVALIAÇÃO FINAL

Os participantes do seminário avaliaram o evento destacando a qualidade dos debates promovidos nas mesas redondas e o conhecimento adquirido por meio das apresentações das experiências dos pilotos, possibilitando a percepção de que os problemas e demandas de cada região são relativamente comuns. Destacaram, ainda, a importância da presença dos representantes institucionais de todos os pilotos nos dois

dias de evento, o que favoreceu o aprofundamento das questões e a identificação das responsabilidades de cada órgão/ator social para a continuidade do projeto, avançando-se na governabilidade dos grupos e instâncias de uma forma ampla. Por fim, ressaltaram que o seminário atingiu o seu objetivo de difundir as ações realizadas e identificar os desafios e gargalos a serem trabalhados coletivamente pelas entidades parceiras, demonstrando, dessa forma, a credibilidade das instituições engajadas e os benefícios do diálogo social estabelecido nessas comunidades.

ANEXOS I - APRESENTAÇÕES

APRESENTAÇÃO PROFESSOR CARLOS SALAS

O Enfrentamento da Informalidade no Brasil e na América Latina

Carlos Salas(UNICAMP/CESIT)

Março 2012

Quatro escolas dominantes de pensamento surgiram em relação à economia informal:

- Dualista (OIT 1973; Sethuraman 1976; Tokman 1978), Estruturalista (Moser 1978, Castells e Portes, 1989),
- Legalista- individualista (de Soto 1989, 2000) e
- Voluntarista (Maloney 2004).

Para um resumo destas escolas de pensamento e uma história mais detalhada da economia informal, ver Women in the Informal Economy, Globalizing and Organizing's (WIEGO) "History and Debates" page: <http://wiego.org/informal-economy/history-debates>.

Desde o início dos anos 1970, estudiosos de várias disciplinas têm proposto definições diferentes do setor informal. Baseado em uma revisão de trinta definições, Godfrey (2011: 231) conclui que ". Definições atuais da economia informal não conseguem convergir em torno de uma construção unitária"

Já em 1987, esta imprecisão da definição levou Peattie a sugerir que se abandonasse o "extremamente confuso conceito" completamente e se passasse a concentrar em estudos comparativos de determinadas instituições econômicas e políticas.

Unidade de observação e critério de definição de pertença ao Setor Informal		
	Unidade económica	Indivíduo
Critério económico		
Critério de tipo legal		

O seja, o setor informal é como fala Lewis Carroll

"Quando eu uso uma palavra", disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, "ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos"

"A questão é", disse Alice, "se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes."

"A questão", disse Humpty Dumpty, "é saber quem vai mandar-- só isto."
Através do Espelho, Lewis Carroll



Formas organizativas (ideais)		
	Desenvolvimento de atividades económicas	Direitos trabalhistas
Organizações baseadas em adesão individual	Cooperativas (trabalhadores por conta própria)	Sindicatos (empregados e trabalhadores por conta própria)
ONG tradicionais	ONG de serviços direitos	ONG de pesquisa e advocacia

No texto, Micro, pequenas e médias empresas na América Latina e as políticas de apoio se faz uma análise das políticas de apoio as micro pequenas e medias empresas em vários países de América Latina.

Ali discutem-se os métodos de classificação das empresas segundo o tamanho e se observa a falta de um critério internacional comum. Também se discutem as características e objetivos das políticas nacionais voltadas as MPME na América Latina.

Na terceira seção desse texto, são examinadas as características das políticas de apoio às MPME na Argentina, no México e no Peru. A escolha desses países baseou-se nos diferentes graus de desenvolvimento econômico, na importância das unidades de porte médio, pequeno e micro, e no tipo de políticas de apoio.

Cada segmento precisa de políticas diferenciadas, mais nos casos estudados, existem poucas políticas abrangentes, orientadas a os objetivos de criação de postos de trabalho, como um mecanismo de luta contra a pobreza, que coexistam como políticas voltadas ao fortalecimento de empresas de porte pequeno e médio.

Outro problema observado é a ausência de um esforço concertado entre as diversas agências do governo, encarregadas do apoio as MPME, o que se traduz em um uso pouco eficaz dos recursos disponíveis, como mostro a análise do caso de Argentina.

Um outro problema relevante é o do acesso ao crédito pelas Micro e Pequenas empresas, sobretudo pelas microempresas. O caso do Peru mostra que não é suficiente a presença expressiva de microcréditos para conseguir tirar a os trabalhadores por conta própria da pobreza.

Um outro problema presente nos programas de apoio, consiste na lógica da horizontalidade da intervenção e do subsídio à demanda das empresas. A primeira lógica não leva em consideração as diferenças entre as empresas, acabando indiretamente por favorecer as empresas mais dinâmicas do setor, que provavelmente seriam as menos necessitadas de apoio. Da mesma forma, a segunda lógica, de atender as empresas a partir de suas demandas, não leva em consideração a capacidade diferenciada das empresas de formular suas demandas, privilegiando aquelas que tem mais capacidade de fazê-lo, provavelmente também as mais dinâmicas e menos carentes

Um elemento que fica fora das análises examinados é o importante papel que tem o crescimento económico na geração de emprego e renda, junto com uma política social abrangente, na qual sejam utilizados os mais diversos mecanismos e políticas para melhorar as condições de vida das camadas mais vulneráveis da população (Salas e Santos, 2011).

APRESENTAÇÃO PILOTO SETOR RURAL EM ITUPORANGA

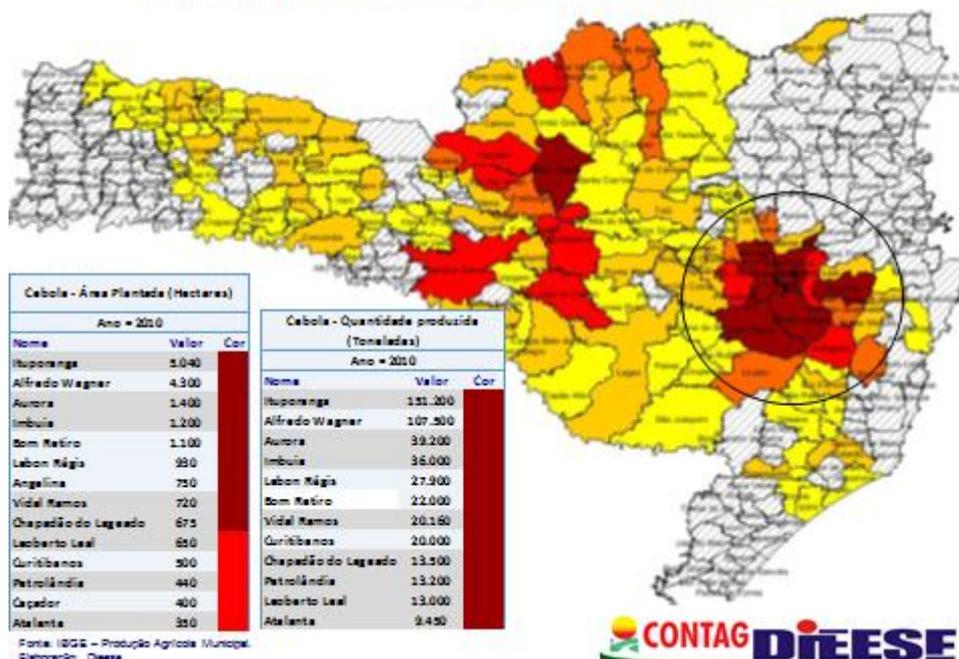


Algumas características do Piloto Rural de Ituporanga-SC

- O Piloto abrange trabalhadores assalariados e agricultores familiares (AF) de 08 (oito) municípios da região de Ituporanga;
- A região é uma das maiores produtoras de cebola do Brasil (Ituporanga é responsável por 10% da produção nacional);
- Predominância das pequenas propriedades (AF);
- Alta incidência de trabalho informal;
- Quase a totalidade do trabalho é temporário (de curta duração);
- Dificuldade de implantação da Lei 11.718 (Trabalho de curta duração; contratação e segurado especial)



Piloto Rural compreende 8 municípios da região de Ituporanga-SC



Cebola - Área Plantada (Hectares)		
Ano = 2010		
Nome	Valor	Cor
Ituporanga	3.040	
Alfredo Wagner	4.300	
Aurora	1.400	
Imbuia	1.200	
Bom Retiro	1.100	
Labon Régis	990	
Angelina	750	
Vidal Ramos	720	
Chapadão do Lageado	675	
Leoberto Leal	650	
Curitibanos	500	
Petrolândia	440	
Capador	400	
Atalanta	350	

Cebola - Quantidade produzida (Toneladas)		
Ano = 2010		
Nome	Valor	Cor
Ituporanga	131.200	
Alfredo Wagner	107.500	
Aurora	39.200	
Imbuia	36.000	
Labon Régis	27.900	
Bom Retiro	22.000	
Vidal Ramos	20.160	
Curitibanos	20.000	
Chapadão do Lageado	13.500	
Petrolândia	13.200	
Leoberto Leal	13.000	
Atalanta	9.450	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Elaboração: DiEese



Grandes Regiões e Unidades da Federação	Estabelecimento e área de agricultura familiar, segundo Municípios selecionados - 2006			
	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Santa Catarina	160.514	3.612.000,0	22.196	3.292.047
Região Ituporanga	6.210	92.169	641	12.927
Ituporanga	720	10.019	40	2.204
Atalanta	207	7.280	24	664
Chapadão do Lageado	219	7.470	20	1.903
Imbuia	660	7.227	29	1.161
Ituporanga	1.027	9.726	61	2.964
Petrolândia	615	10.099	40	2.062
Vidal Ramos	664	10.514	64	7.264
Leoberto Leal	675	11.690	40	4.163

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2006.
Elaboração: DiEese/Seção Contag

Pessoal ocupado **sem** vínculo de parentesco com o produtor que estava ocupado no estabelecimento em 31.12.2006, por idade e principais características do pessoal ocupado, segundo UF, Microrregião e Município - 2006

✓ 93,3% dos estabelecimentos da região são da AF
✓ Em SC esse percentual é de 87,03%

✓ Em 2006 haviam 4382 pessoas ocupadas.
✓ RAIS de 2006 haviam apenas 131 pessoas com vínculo ativo em 31/12.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Pessoal ocupado (%) sem vínculo de parentesco com o produtor que estava ocupado no estabelecimento em 31.12.2006							
	Total		Principais aspectos em relação ao total do pessoal ocupado					
			Realizam no estabelecimento		Têm qualificação profissional		Trabalham em atividade não-agropecuária	
	Total	De 15 anos a mais	Total	De 15 anos a mais	Total	De 15 anos a mais	Total	De 15 anos a mais
Santa Catarina	75.200	74.424	2.19.00	21.200	4.424	4.425	2.974	2.933
Região de Ituporanga	4.320	4.302	10.19	1.000	94	94	33	33
Ituporanga	619	619	64	13	-	-	2	2
Atalanta	190	190	29	36	6	6	6	6
Chapadão do Lageado	219	219	23	20	-	-	-	-
Imbuia	660	660	60	60	0	0	-	-
Ituporanga	1.029	1.020	201	216	60	60	7	7
Petrolândia	323	323	34	34	-	-	7	7
Vidal Ramos	663	647	69	66	6	6	2	2
Leoberto Leal	101	100	10	9	-	-	0	0

Pessoal ocupado no estabelecimento sem laço de parentesco com o produtor, por classes de dias trabalhados no ano, segundo UF, Microrregião e Município - 2006

UF, Microrregião, Microrregião e Município	Pessoal ocupado(1) no estabelecimento sem laço de parentesco com o produtor, por classes de dias trabalhados no ano					
	Menos de 60 dias		De 60 a menos de 180 dias		De 180 dias e mais	
	Estabelecimentos	Total de pessoas	Estabelecimentos	Total de pessoas	Estabelecimentos	Total de pessoas
Santa Catarina	16 314	149 958	5 792	17 495	11 708	49 273
Região de Ituporanga	1 229	17 073	257	957	302	1 133
Aurora	55	1 19	30	53	24	62
Alalanta	35	99	12	22	22	57
Chapadão do Lageado	105	225	21	90	6	49
Imbuí	100	625	25	255	14	315
Ituporanga	452	14 456	75	300	109	363
Petrolândia	73	242	23	106	6	29
Vidal Ramos	69	449	32	55	65	221
Leoberto Leal	25	245	29	40	21	27

✓ 89,0% dos ocupados trabalham até 60 dias no ano.

✓ No município de Ituporanga esse percentual sobe para 95,6%.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2006.
Elaboração: Dicese/Subseção Contag



Pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor que estava ocupada no estabelecimento em 31.12.2006, por sexo, idade, segundo UF, Microrregião e Município - 2006

UF, Microrregião, Microrregião e Município	Empregados permanentes		Empregados temporários		Empregados parceiros		Empregados em outra condição	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais	De 14 anos e mais
Santa Catarina	24 040	6 307	35 281	6 416	1 137	373	50 1	399
Região de Ituporanga	407	163	2 710	935	78	26	38	25
Aurora	23	3	251	105	2	3	14	5
Alalanta	45	14	91	10	1	-	-	-
Chapadão do Lageado	6	5	226	55	1	-	7	6
Imbuí	17	2	439	209	-	1	-	2
Ituporanga	62	53	924	355	25	6	17	5
Petrolândia	13	4	221	75	25	3	-	1
Vidal Ramos	54	33	432	54	10	4	-	-
Leoberto Leal	6	-	95	35	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2006.
Elaboração: Dicese/Subseção Contag

✓ Do pessoal ocupado 83,18% eram empregados temporários.

✓ Apenas 13,01% eram empregados permanentes.



Número de ocupados no setor de atividade Agricultura com 10 anos ou mais na semana de referência - 2009

REG/OC	Uf	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO						Total	Informalidade
		Empregado com carteira de trabalho assinada (1)	Empregado sem carteira de trabalho assinada (2)	Conta própria (3)	Trabalhador na produção para o próprio consumo (4)	Outros (5)			
NORTE	Rondônia	6.908	21.139	69.390	65.031	52.019	224.109	82,1	
	Acre	1.622	10.077	21.570	15.050	19.764	68.083	86,1	
	Amapá	7.129	23.092	103.526	27.570	77.222	238.539	76,4	
	Roraima	1.005	7.096	11.520	6.564	1.050	27.235	87,6	
	Pará	21.549	152.096	174.460	96.457	162.601	608.170	82,9	
	Amapá	525	2.776	4.201	2.674	1.947	12.767	84,1	
	Tocantins	11.499	52.529	28.790	62.729	25.251	210.798	82,0	
	Total	60.146	278.909	423.784	286.075	241.026	1.389.944	82,2	
NORDESTE	Maranhão	39.907	126.277	244.823	241.829	209.574	941.299	87,0	
	Pernambuco	32.274	116.287	257.235	245.217	162.692	692.905	91,9	
	Ceará	26.050	205.704	278.584	282.769	219.897	1.053.114	98,9	
	Rio Grande do Norte	32.766	94.790	70.483	25.242	29.630	300.903	92,6	
	Paraná	38.611	90.848	64.260	260.579	40.154	574.452	78,0	
	Pernambuco	96.549	164.632	268.960	176.917	179.227	686.285	69,9	
	Piauí	28.992	69.120	73.404	162.029	69.149	412.699	74,2	
	Sergipe	2.297	67.994	52.261	24.674	29.097	197.317	95,2	
	Alagoas	140.200	595.540	542.724	599.071	499.959	2.310.497	90,6	
	Total	298.944	1.492.203	1.974.472	1.901.410	1.498.282	7.200.414	79,1	
	Minas Gerais	197.909	491.927	251.204	280.660	211.256	1.039.122	62,3	
Bahia	44.559	90.529	75.524	52.069	99.912	266.492	67,0		
SUDESTE	Rio de Janeiro	28.907	22.292	29.279	13.649	12.961	118.196	63,9	
São Paulo	429.479	209.071	149.119	210.920	66.554	955.149	22,2		
Total	780.647	824.990	615.225	763.209	494.582	2.498.942	21,4		
SUL	Paraná	87.200	146.225	229.469	289.610	199.616	851.212	62,6	
	Santa Catarina	46.221	62.289	176.723	206.890	186.269	592.697	56,1	
	Rio Grande do Sul	76.242	92.291	253.675	270.272	258.420	1.151.172	54,1	
Total	216.052	299.994	762.087	863.754	744.295	2.591.072	58,4		
CENTRO-OESTE	Mato Grosso do Sul	46.862	26.660	46.406	45.954	22.297	201.292	26,2	
	Mato Grosso	26.250	62.039	90.362	98.793	25.556	372.620	42,1	
	Goiás	26.480	110.560	103.267	215.492	50.699	476.401	52,4	
	Distrito Federal	1.569	4.026	2.662	2.816	2.017	14.129	72,0	
Total	230.261	293.294	245.157	264.059	121.669	1.054.448	46,9		
BRASIL	1.681.250	3.102.208	4.020.675	3.780.620	2.129.958	15.714.721	64,9		

Fonte: PNAC/2009-1/2022

Nota: O valor total é a soma das posições empregados e os não remunerados. Em alguns estados, a amostra permitiu a agregação.

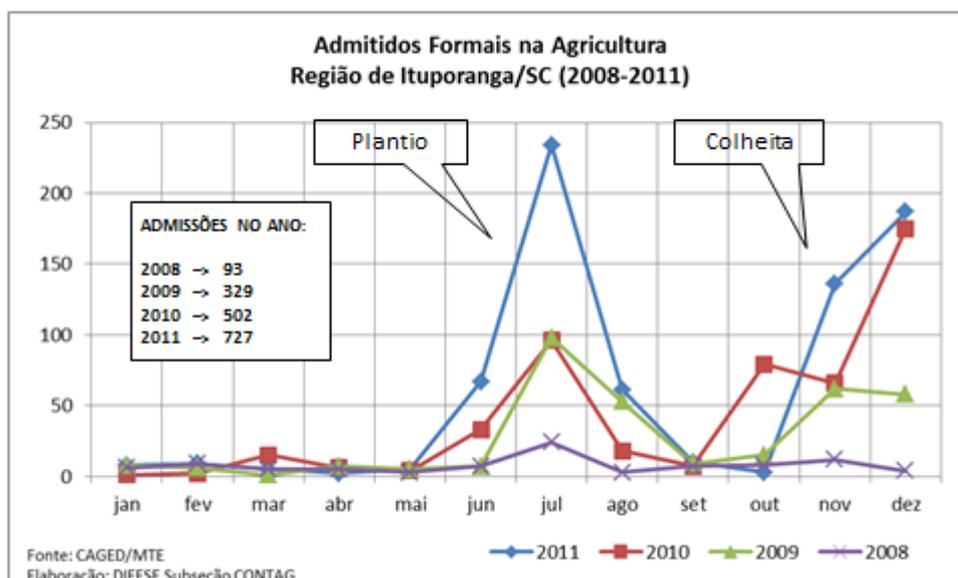
56,1% era a informalidade na atividade agrícola em SC em 2009.



Atividades do Piloto em 2011

- 26/03 - Piloto é discutido em reunião no Ministério da Previdência Social – MPS (Adequação GFIP)
- 07/06 - Seminário de Capacitação de lideranças locais para a contratação de assalariados na agricultura familiar (Lei 11.718/2008)
- 10/08 - Publicação da Portaria nº. 491 que cria o Grupo Interministerial
- 18 e 19/10 - II Seminário de Capacitação de Lideranças Locais (Educação previdenciária)





O Piloto Rural na visão da CONTAG/FETAESC/STTR



- A CONTAG participou da construção da Lei 11.718/08 motivada pelo fato de atender à necessidade de contratação sazonal ou de curta duração e de formalizar a contratação do assalariado rural, bem como garantir uma regra de transição para a seguridade social desse trabalhador.
- A Lei 11.718/08 garante todos os outros direitos já existentes para os assalariados rurais e acresce verbas proporcionais até 14 dias trabalhados, indo além da regra geral.
- A proposta de simplificação da forma de contratação é a criação de um programa online, o qual conterá também um contrato, que ao ser preenchido e enviado fornecerá todas as informações necessárias para MPS, MTE, CEF E RFB, garantindo a formalização.



A participação neste projeto Piloto de Redução da Informalidade proporcionou o aprofundamento do debate sobre a formalização dos contratos de trabalho de curta duração através da aplicação da Lei 11.718/2008.

A aplicação da Lei se mostrou problemática, devido o excesso de burocracia existente na forma de contratação. O Governo Federal compreendeu o impacto destes obstáculos no processo de formalização das relações de trabalho de curta duração quando criou a Grupo de Trabalho interministerial para aprofundar o tema e propor alternativas.



Portaria Interministerial nº 491/2011, criou o Grupo de Trabalho Interministerial.

Composição: DIEESE, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, INSS, Caixa Econômica Federal, SEBRAE, ANFIP e Representante dos Pilotos do Projeto de Redução de Informalidade.



PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGAL PARA SIMPLIFICAR APLICAÇÃO DA LEI 11.718/08

Art. A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-B:

“Art.14-B. O segurado especial de que trata o inciso VII do art. 12 da nº Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, quando contratar trabalhador na forma do art. 14-A, apresentará à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, declaração unificada com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores das contribuições devidas à Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Conselho Curador do FGTS.



A ausência de unidade no Governo impediu que esta simplificação se transformasse em lei, principalmente com dificuldade da CEF entender a proposta.

Mas, como se constata, houve avanço nas contratações formalizadas através da aplicação da Lei 11.718/2008 na região da Ituporanga – SC, que abarca 08 (oito) municípios.

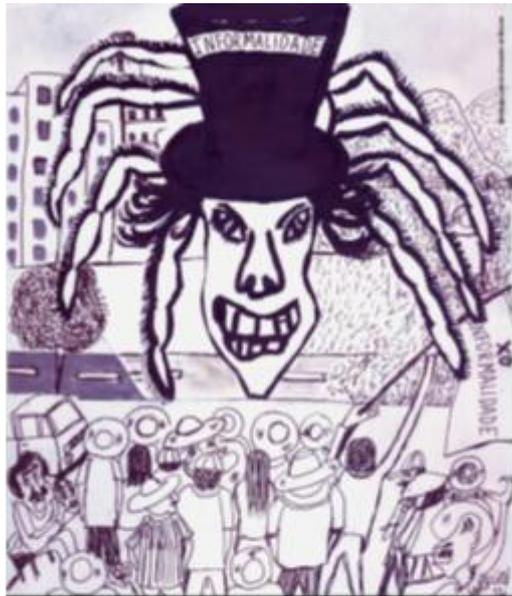
Instituição do Fórum Municipal de Dialogo Social, composto por diversos atores sociais tais como: Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Entidades Patronais, Câmara de Dirigentes Lojistas, Câmara de Vereadores, entre outros)



A CONTAG amplia a luta contra a infomalidade quando, na Primeira Mobilização Nacional de Assalariados e Assalariadas Rurais realizada no dia 20 de março/2012, exige do Governo um Programa Nacional de Combate à Informalidade.

A Mobilização contou com a presença de 4.000 trabalhadores(as) rurais assalariados(as). Infelizmente não aceitamos a resposta do Governo porque veio de forma genérica. No entanto, as negociações continuam com o objetivo de qualificar a pauta e a Secretaria Geral da Presidência da República se comprometeu em dar respostas mais efetivas até 20 de abril/2012.





O MONSTRO DA INFORMALIDADE CORRÓI A SOCIEDADE

A INFORMALIDADE ATACA TODA A SOCIEDADE

O monstro da informalidade toma o trabalhador e a trabalhadora invisíveis para a sociedade, retirando-lhes o direito à cidadania, à dignidade humana e à proteção social. O trabalhador e a trabalhadora informal não têm direito a aposentadoria, auxílio doença, pensão por morte, férias, decêndios semestrais remunerados, direitos trabalhistas, horas extras, licenças maternidade e paternidade, aviso prévio, FGTS e seguro-desemprego, além de serem expostos, em muitas situações, a trabalho análogo ao de escravo. Além de violar gravemente os direitos do trabalhador e da trabalhadora, a informalidade causa ao Estado e à sociedade um grande prejuízo. Ambos arcam, no final das contas, com os custos com assistência desses trabalhadores e trabalhadoras, sem arrecadar com esses setores com o recolhimento de impostos. Enquanto isso, os empregadores, que têm seus projetos financiados com dinheiro público, lucram com a mão de obra barata e com a informalidade.

64,9% É O ÍNDICE DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM SITUAÇÃO DE INFORMALIDADE NO BRASIL (IBGE/IBRA/2008)

84,3% NO MATO **79,1%** NO MATO GROSSO **58,4%** NO SE **51,4%** NO PARANÁ **46,9%** NO CEARÁ

XÔ, BICHO RUIM!





APRESENTAÇÃO PILOTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA/PR

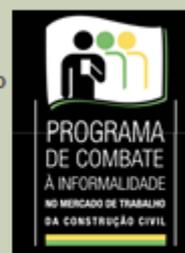
PILOTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA - PR



Ações em
2011,
perspectivas
para 2012,
desafios...

ATUAÇÃO DO PROJETO EM CURITIBA – PROGRAMA DE COMBATE À INFORMALIDADE

- Em 2011, o DIEESE oficializou sua participação no Programa de Combate à Informalidade na C.C. do Paraná
- O que é o Programa?
 - Sinduscon-PR, em conjunto com entidades públicas e privadas, assinaram convênio de cooperação (out/2001) para combater a informalidade no mercado de trabalho da construção civil.
 - Estabelece atribuições e procedimentos a serem adotados pelas entidades envolvidas, na promoção de ações de combate à informalidade e ao descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.



ATUAÇÃO DO PROJETO EM CURITIBA – PROGRAMA DE COMBATE À INFORMALIDADE

- Comitê diretor se reúne mensalmente:
 - Visita ao canteiro de obras, com elaboração de *checklist* de segurança no trabalho e exigência do registro de trabalhadores;
 - Realização de seminários com o objetivo de orientar empresas, empreiteiros e proprietários de obras, sobre normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista;
 - Elaboração de cartilha orientadora para distribuição.

ATUAÇÃO DO PROJETO EM CURITIBA – PROGRAMA DE COMBATE À INFORMALIDADE

Visitas aos canteiros de obras

Desde o início de 2002, são realizadas visitas aos canteiros de obras de todo o Paraná.

No canteiro de obras, o Sinduscon-PR, Fetraconspar e CREA-PR fazem o levantamento das condições básicas de segurança e cumprimento da legislação.

O Comitê não aplica multas nem adota medidas punitivas, apenas solicita a comprovação do registro de trabalhadores e cumprimento das normas de segurança;

Caso não seja apresentada a documentação, a obra é encaminhada aos órgãos oficiais de fiscalização.

ATUAÇÃO DO PROJETO EM CURITIBA

- A partir da entrada do DIEESE no Comitê, foi possível:
 - Elaboração de panfleto aos trabalhadores do setor: o Comitê desenvolveu o conteúdo, o DIEESE foi responsável pela diagramação.
 - Distribuído em feira do emprego municipal, nos demais municípios que fazem parte do Comitê e, em parceria com a SMTE, ficaram à disposição nos postos do SINE municipal.



Orientação aos atendentes e aos trabalhadores que procuram as agências

ATUAÇÃO DO PROJETO EM CURITIBA

- Elaboração de cartilha de orientação:
 - Os membros do Comitê fizeram revisão de conteúdo e acrescentaram novos itens;
 - A cartilha pode ser enviada para o projeto BID/DIEESE, cujos membros também contribuíram com sugestões;
 - O projeto BID/DIEESE fez a diagramação;
 - Está em fase de impressão (recursos do MPT) e será distribuída nas obras visitadas pelo Comitê.

OS NÚMEROS DO COMITÊ EM 2011

- 379 obras visitadas em 2011;
- 2.820 trabalhadores encontrados, dos quais 1.523 sem registro em carteira (54%);
- 115 trabalhadores registrados após a visita do Comitê.
- Em 2010, 99 trabalhadores haviam sido registrados após a visita do Comitê.

ÍNDICES ACUMULADOS DO COMITÊ DE INCENTIVO À FORMALIDADE NO SETOR DA CONSTRUÇÃO - ACUMULADO DE JANEIRO DE 2011 A DEZEMBRO DE 2011 - Curitiba e Região													
	JANEIRO	FEBREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AUGUSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	tot. 12 meses
OBRA VISITADA	8	36	45	33	42	38	43	32	37	32	4	21	375
TOTAL DE TRABALHADORES ENCONTRADOS	45	474	262	321	337	296	364	394	213	279	69	126	2820
TOTAL COM REGISTRO ENCONTRADOS	28	285	146	169	188	169	152	76	95	152	58	28	1267
TOTAL SEM REGISTRO	17	189	116	152	149	127	212	318	118	127	11	98	1553
INFORMALIDADE ANTES	37,8%	39,8%	43,9%	47,3%	39,7%	47,0%	53,7%	58,6%	51,4%	45,5%	35,9%	27,8%	54,0%
INFORMALIDADE PÓS-COMITÊ	35,6%	40,9%	54,7%	47,7%	48,2%	41,7%	43,4%	57,2%	58,7%	37,9%	15,9%	25,0%	49,1%
REGISTRADOS PÓS-COMITÊ	1	13	27	18	7	11	1	7	18	15	0	3	115
TOTAL REGISTRADOS PÓS-COMITÊ	29	298	173	187	195	158	153	83	113	167	58	31	1412
FORMALIDADE ANTES	62,2%	60,2%	56,1%	52,7%	60,3%	53,0%	46,3%	41,4%	48,6%	54,5%	64,1%	72,2%	46,0%
FORMALIDADE PÓS-COMITÊ	64,4%	59,1%	45,3%	52,3%	51,8%	58,3%	56,6%	42,8%	41,3%	62,1%	84,1%	75,0%	50,9%

UM POUCO SOBRE AS REUNIÕES (O QUE VEM SENDO FEITO, AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS)

- Observatório do Trabalho realizou um relatório especial sobre Informalidade na RMC



Pode ser ampliado para discutir especificamente a C.C.

- Possibilidade de cursos de capacitação (Educ. Previdenciária do MPS participa do Comitê);
- Estamos reformulando o questionário aplicado nas visitas: ampliar questões para traçar um perfil mais completo dos trabalhadores
 - Qualificação profissional
 - Condições de trabalho
 - Ações de conscientização

UM POUCO SOBRE AS REUNIÕES (O QUE VEM SENDO FEITO, AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS)

- Possibilidade de elaborar um documento que resgate o histórico de atuação do Comitê, discuta a informalidade e consolide os dados históricos das visitas desde 2002;
- Como aumentar a efetividade da ação?
 - Denúncias enviadas ao MTE não são averiguadas, ou o são quando a obra já terminou;
 - Em outras regiões do PR, o Ministério Público do Trabalho atua em conjunto com o Comitê, pautando os Termos de Ajustamento de Conduta pelas fiscalizações do Comitê;
 - Necessidade de maior legitimação das ações, para que os responsáveis pelas obras irregulares saibam que haverá punição ao não cumprimento das leis.

UM POUCO SOBRE AS REUNIÕES (O QUE VEM SENDO FEITO, AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS)

- Por fim, questionamento acerca da Mesa Nacional/Protocolo da C.C.
 - Desconhecimento por parte dos atores locais;
 - Falta de diálogo das próprias instituições com os seus membros/alheamento do processo de construção;
 - Sensação de que há uma 'distância' entre a pauta discutida nacionalmente e as ações regionais;
 - Falta de valorização do processo local e das ações que são desenvolvidas no Paraná há 10 anos;
 - Necessidade de divulgação das ações do Comitê, que são contínuas e poderiam ser fortalecidas, considerando esse momento de diálogo nacional.

APRESENTAÇÃO PILOTO CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO



SEMINÁRIO: DIFUSÃO DE AÇÕES COLETIVAS PARA A FORMALIZAÇÃO

Avanços e impasses da formalização no Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco

29 de Março de 2012

Sobre a constituição do Pólo

- O Pólo se estabeleceu na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, uma área de transição entre a Zona da Mata, de clima úmido, e o Sertão semiárido. Caruaru situa-se a 136 km da capital do Estado, Santa Cruz do Capibaribe, a 180 km, e Toritama, a 167 km.
- As atividades industriais, comerciais e de serviços se expandem, passando a integrar populações de outros municípios do entorno Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Vertentes, Riacho das Almas, São Caitano, etc. e até do Estado vizinho da Paraíba, a Região do Cariri Paraibano (o trabalho faccionado realizado pelas mulheres).
- Trajetória do Pólo é marcado:
 - O caráter "autônomo", "espontâneo", de sua constituição inicial;
 - A persistência da condição predominantemente **familiar, domiciliar e informal** de suas atividades;
 - uma nova dinâmica **urbano-rural** empreendida com o seu desenvolvimento;
 - a sua constituição enquanto uma **aglomeração produtiva e comercial**;
 - uma crescente imbricação de sua dinâmica com a dinâmica capitalista

Sobre a constituição do Pólo

- Produção da "Sulanca" teve início na passagem dos anos 1940 aos anos 1950, a partir do município da Santa Cruz do Capibaribe.
- A sulanca ficou conhecida como feira que possui produtos de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda.
- Após uma primeira fase da atividade de produção da "sulanca", marcada por um caráter predominante semi-artesanal e baseada no uso dos "retalhos" como matéria-prima principal, se estabeleceu, no final dos anos 1960, um primeiro impulso de modernização e de expansão produtiva e comercial.
- A busca por novos mercados - uma exigência desse processo.
- Nos anos 80, as atividades se ampliam, modernizam-se tecnicamente, conquistam novos mercados e incorporam cada vez mais contingentes de empreendedores e de trabalhadores.
- Surgem novos fornecedores, inclusive as primeiras revendedoras de máquinas.

Sobre a constituição do Pólo

- Em 1997, o SINDIVEST desenvolveu o "Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste".
- Foi o setor produtivo através do seu sindicato patronal que apresentou esse projeto ao SEBRAE.
- A partir de 2002, sob a ação de um conjunto de instituições e a liderança do SINDIVEST e do SEBRAE, passou a ser denominado "Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco" ou "Pólo da Moda de Pernambuco".
- Seria preciso desconstruir a marca da "sulanca", associada a produtos de baixíssima qualidade. E no lugar de "sulanqueiro" surge a denominação "empresário" ou "empreendedor".
- A partir de meados de 2002 - construção de gigantescos centros comerciais nas cidades de Toritama, de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe, por iniciativa de investidores privados, e com apoio discreto dos poderes públicos municipais.

Sobre a constituição do Pólo

- As unidades produtivas são em sua maioria constituídas de:
- “fabricos” (unidades produtivas familiares, com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas);
- “facções” (unidades produtivas em geral constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos “fabricos”, e que se caracterizam por atender, sob a condição de subcontratadas, as demandas pontuais das “fábricas” e dos “fabricos”, se especializando na realização de uma ou poucas tarefas do processo de produção, com destaque para a costura, o corte, o bordado, a implantação de casas e botões);
- Algumas fábricas vêm se estabelecendo com a consolidação do Pólo.

Sobre a constituição do Pólo

- O caráter predominantemente informal dos empreendimentos e das relações de trabalho dificulta muito a produção de informações por órgãos oficiais.
- Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Pernambuco, entre 1999-2008, o PIB dos principais municípios do Pólo evoluiu positivamente:
 - Caruaru – 198% (o 7º PIB do estado, entre 2004 e 2008);
 - Santa Cruz – 237,6% (passando do 23º para o 19º PIB do Estado, entre 2004 e 2008);
 - Toritama – 310,4% (passando do 60º ao 55º PIB do Estado);
 - Nesse período Pernambuco registrou um crescimento de 183,1%.
- Os diversos projetos estruturantes em implantação em Pernambuco a partir de 2004 pode representar um novo impulso à consolidação do Pólo (Ferrovia Transnordestina, como alternativa logística para o algodão do Centro-Oeste; a Refinaria possibilitando a criação do Pólo de Poliéster; Projeto CITEPE (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco), que se configura com projeto integrado entre o setor têxtil e o setor petroquímico).

Alguns Indicadores do MT na região do Pólo

- Os dados da PED (setembro-novembro/2006), tomada especial através da parceria do MTE e DIEESE:
- 60,5% dos indivíduos com 10 anos ou mais, residentes no Município de Caruaru e seu Entorno, estavam engajados no mercado de trabalho da região, na condição de ocupado ou desempregado.
- Essa taxa de participação se encontrava bastante acima da observada na RMR que era de 51,6%.
- A idade é um fator importante na diferenciação da inserção no mercado de trabalho. Em geral, tal como é observado em outras regiões investigadas pela PED, é entre os adultos – indivíduos entre 25 e 39 anos – que se encontra a maior taxa de participação.
- A taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho local informa que é restringida a opção da inatividade para os mais jovens na região pesquisada.
- Para os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de participação no mercado de trabalho é bem mais elevada (80,2%), sendo bem próxima à verificada para os indivíduos na faixa etária de 25 a 39 anos.

Alguns Indicadores do MT na região do Pólo

- Maior participação da PIA (população em idade ativa) em atividades laborais, menor nível de desemprego, parcela expressiva da ocupação inserida na indústria de transformação, em ocupações autônomas e sem registros formais, bem como baixos níveis de rendimentos.
- Os indicadores de escolarização da população da região são baixos:
 - 56,8% da PEA não completou o ensino fundamental e apenas 4,6% têm o 3º grau completo;
 - Os trabalhadores com níveis de escolarização mais baixos encontram-se principalmente na indústria de transformação;
- O trabalho autônomo da Região apresentava as maiores parcelas relativas de ocupados sem escolaridade (49,4%) e com escolaridade fundamental incompleta (42,6%).
- Os dados indicam que o mercado de trabalho da região de Caruaru e Entorno convive com níveis mais elevados de precariedade, dada a maior proporção de trabalhadores ocupados autônomos. O que se confirma quando se constata que mais da metade dos assalariados no setor privado não tinham registros formais.

TABELA 6

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por setor de atividade econômica, na Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. 2006

(19)

ATRIBUTOS	Total	Setor de Atividade Econômica					
		Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	Outros
Total	100,0	30,0	21,2	34,0	4,9	5,5	4,4
Sexo							
Homens	100,0	26,5	22,5	34,9	6,6	(1)	6,5
Mulheres	100,0	34,4	19,5	32,8	(1)	11,4	(1)
Idade (anos)							
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 16 a 24 anos	100,0	39,9	22,0	26,1	(1)	(1)	(1)
De 25 a 39 anos	100,0	31,0	19,4	36,1	5,6	5,3	(1)
40 anos e mais	100,0	18,6	22,7	39,7	6,6	(1)	(1)
Escolaridade							
Analfabeto	100,0	22,7	18,0	21,0	(1)	(1)	16,9
E ensino fundamental incompleto	100,0	35,7	18,2	27,7	6,4	7,1	(1)
E ensino fundamental completo	100,0	34,9	25,7	30,8	(1)	(1)	(1)
E ensino médio completo	100,0	23,5	26,4	46,1	(1)	(1)	(1)
E ensino superior completo	100,0	(1)	(1)	74,3	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/096-2006, SEADE e DIEESE

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Elaboração: DIEESE

TABELA 7

Distribuição dos ocupados, segundo atributos pessoais e escolaridade, por posição na ocupação, na Região de Caruaru e Entorno - Set., Out. e Nov. 2006

(19)

ATRIBUTOS	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados domésticos	Outros
		Total	Setor público	Setor privado		sem carteira			
				total	com carteira				
Total	100,0	44,6	7,4	37,0	18,3	18,7	36,4	5,5	13,5
Sexo									
Homens	100,0	46,7	6,1	40,3	20,6	19,7	38,1	(1)	14,2
Mulheres	100,0	41,9	9,1	32,8	15,4	17,4	34,1	11,3	12,7
Idade (anos)									
de 10 a 15 anos	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	24,5
De 16 a 24 anos	100,0	58,7	(1)	56,5	23,0	33,5	24,1	6,1	11,1
De 25 a 39 anos	100,0	44,9	7,9	36,9	21,4	15,5	38,2	5,3	11,6
40 anos e mais	100,0	33,0	12,3	20,6	12,2	8,4	45,3	(1)	16,7
Escolaridade									
Analfabeto	100,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	49,4	(1)	(1)
E ensino fundamental incompleto	100,0	36,1	(1)	33,5	13,5	20,0	42,6	7,1	14,2
E ensino fundamental completo	100,0	46,4	(1)	41,8	18,8	23,0	35,2	(1)	14,5
E ensino médio completo	100,0	64,6	12,8	51,4	32,1	19,3	23,1	(1)	10,3
E ensino superior completo	100,0	69,2	45,5	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio MTE/SPPE/CODEFAT/096-2006, SEADE e DIEESE

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Elaboração: DIEESE

Trabalho Informal na região do Pólo

Pesquisas Piloto em áreas especiais com metodologia PED Tabulação Especial

Tabela 1
Estimativa e distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Caruaru e Entorno (1)
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro de 2006

Formas de Contratação	Estimativa (em 1.000 pessoas)	%
Total de Ocupados	220	100,0
Contratados	121	55,2
À margem da modalidade padrão	89	31,2
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	38	17,4
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	26	11,9
Na modalidade padrão	63	24,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	39	17,6
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)	(3)
Estatutário pelo Setor Público	11	5,1
Trabalhadores Independentes	83	28,6
Conta Própria	80	27,6
Autônomo para mais de uma empresa	7	3,2
Autônomo para o público	47	21,3
Dono de negócio familiar	6	2,9
Pequenos Empregadores (2)	(3)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-	-
Empregados Domésticos	12	5,6
Demais ocupados	24	10,8

Fonte: Conselho DIEESE - NITE GPP/CODEFUT/046-2005, Metodologia PED - DIEESE/SE/05

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Garibaldi, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 9 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A soma não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 2
Rendimento médio real dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Casaru e Entorno (1)
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2008

(em R\$ de fevereiro de 2010)

Formas de Contratação	Set-Out-Nov08
Total de Ocupados	592
Contratados	555
A margem de modalidade padrão	407
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	400
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	278
Na modalidade padrão	743
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	832
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Estatutário pelo Setor Público	(3)
Trabalhadores Independentes	562
Conta Própria	564
Autônomo para mais de uma empresa	(3)
Autônomo para o público	508
Dono de negócio familiar	(3)
Pequenos Empregadores (2)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-
Empregados Domésticos	(3)
Demais ocupados	(3)

Fonte: Contorno DIEESE - IPE/IPP/COOP/IT/099-0009. Metodologia PED - DIEESE/COOP

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Casaru, Sertão, Gravata, Santa Cruz do Cajalbarba e Toitama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensais que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Índice utilizado: IPC-RUR/IGGP.

Tabela 3
Horas semanais trabalhadas pelos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Casaru e Entorno (1)
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2008

Formas de Contratação	Set-Out-Nov08
Total de Ocupados	44
Contratados	44
A margem de modalidade padrão	44
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	45
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	43
Na modalidade padrão	44
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	47
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Estatutário pelo Setor Público	36
Trabalhadores Independentes	43
Conta Própria	43
Autônomo para mais de uma empresa	41
Autônomo para o público	42
Dono de negócio familiar	55
Pequenos Empregadores (2)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-
Empregados Domésticos	47
Demais ocupados	43

Fonte: Contorno DIEESE - IPE/IPP/COOP/IT/099-0009. Metodologia PED - DIEESE/COOP

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Casaru, Sertão, Gravata, Santa Cruz do Cajalbarba e Toitama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 4

Tempo médio de permanência no posto de trabalho dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional Caruaru e Entorno (1)

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em meses)
Formas de Contratação	Set-Out-Nov06
Total de Ocupados	70
Contratados	61
A margem da modalidade padrão	32
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	27
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	34
Na modalidade padrão	77
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	51
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Estatutário pelo Setor Público	153
Trabalhadores Independentes	98
Conta Própria	97
Autônomo para mais de uma empresa	33
Autônomo para o público	100
Dono de negócio familiar	33
Pequenos Empregadores (2)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-
Empregados Domésticos	60
Demais ocupados	106

Fonte: Censo do DIEESE - IPE/SPRE/COOP/PT/06-2006, Metodologia PED - DIEESE/SEJUCE

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Sertãozinho, Gravataí, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) O anexo não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 5

Proporção dos ocupados que contribuem para a previdência, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional Caruaru e Entorno (1)

Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

	(em %)
Formas de Contratação	Set-Out-Nov06
Total de Ocupados	30,3
Contratados	47,1
A margem da modalidade padrão	(3)
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Privado	(3)
Empregados sem Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	(3)
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	(3)
Na modalidade padrão	96,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado	99,0
Empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Público	(3)
Estatutário pelo Setor Público	100,0
Trabalhadores Independentes	(3)
Conta Própria	(3)
Autônomo para mais de uma empresa	(3)
Autônomo para o público	(3)
Dono de negócio familiar	(3)
Pequenos Empregadores (2)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-
Empregados Domésticos	(3)
Demais ocupados	(3)

Fonte: Censo do DIEESE - IPE/SPRE/COOP/PT/06-2006, Metodologia PED - DIEESE/SEJUCE

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Sertãozinho, Gravataí, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) O anexo não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 6
Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional e sexo
Caruaru e Entorno (1)
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

Formas de Contrelação	Total	(em %)	
		Homens	Mulheres
Total de Ocupados	100,0	68,8	43,4
Contratados	100,0	67,3	42,7
Contratados à margem de modalidade padrão	100,0	56,4	43,6
Contratados na modalidade padrão	100,0	58,6	41,4
Trabalhadores Independentes	100,0	62,7	37,3
Conta Própria	100,0	62,6	37,4
Pequenos Empregadores (2)	(3)	(3)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-	-	-
Empregados Domésticos	100,0	(3)	38,8
Demais ocupados	100,0	60,7	38,3

Fone: Convênio DIEESE - MTE/PPR/CODEFUT/066-2005. Metodologia PED - DIEESE/SEJUCE
Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Garará, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 2 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 7
Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional e idade
Caruaru e Entorno (1)
Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

Formas de Contrelação	Total	(em %)			
		10 a 16 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a anos e mais
Total de Ocupados	100,0	3,2	28,7	39,0	31,1
Contratados	100,0	(3)	33,2	39,8	23,8
Contratados à margem de modalidade padrão	100,0	(3)	38,3	36,8	19,1
Contratados na modalidade padrão	100,0	(3)	26,7	43,9	29,4
Trabalhadores Independentes	100,0	(3)	12,7	40,2	46,8
Conta Própria	100,0	(3)	12,2	40,0	46,6
Pequenos Empregadores (2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Profissional Universitário Autônomo	-	-	-	-	-
Empregados Domésticos	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)
Demais ocupados	100,0	(3)	23,8	31,7	32,0

Fone: Convênio DIEESE - MTE/PPR/CODEFUT/066-2005. Metodologia PED - DIEESE/SEJUCE

Elaboração: DIEESE

(1) Corresponde ao total dos Municípios de Caruaru, Bezerros, Garará, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

(2) Empregadores com até 2 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 8
Distribuição das ocupações, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional e escolaridade
 Caruaru e Entorno (1)
 Trimestre Setembro-Outubro-Novembro/2006

Formas de Contratação	Total	Analfabeto	(em %)			
			Ensino fundamental Incompleto (3)	Ensino fundamental completo (4)	Ensino médio completo (5)	Ensino superior
Total de Ocupados	100,0	10,8	46,6	18,6	22,2	6,1
Contratados	100,0	7,6	41,8	17,1	27,1	6,7
Contratados à margem de modalidade padrão	100,0	9,5	52,0	18,8	18,7	(8)
Contratados na modalidade padrão	100,0	(8)	23,3	14,9	37,9	14,1
Trabalhadores Independentes	100,0	14,2	62,3	16,9	16,1	(8)
Conta Própria	100,0	14,5	52,2	16,0	14,9	(8)
Pequenos Empregadores (2)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)
Profissional Unilateral Autônomo	-	-	-	-	-	-
Empregados Domésticos	100,0	(8)	69,1	(8)	(8)	(8)
Demais ocupados	100,0	(8)	40,8	(8)	(8)	(8)

Fonte: Contorno DIBGE - NTE 6 RPE CODEPJT 099-0002. Metodologia RPD - DIBGE 9/01/06
 Elaboração: DIBGE
 (1) Compreende a total das Municípios de Caruaru, Bezerros, Garanhuns, São Cruz do Capibaribe e Toritama.
 (2) Empregadores com até 9 empregados e com ganhos até o rendimento médio nominal mensal.
 (3) Inclui analfabetos sem escolarização.
 (4) Inclui ensino fundamental completo + ensino médio Incompleto.
 (5) Inclui ensino médio completo + ensino superior Incompleto.
 (6) Inclui amostra não com conta a desajustação para esta categoria.

APRESENTAÇÃO PILOTO DA CADEIA DA CAJUCULTURA NO CEARÁ



COPACAJU
central de cooperativas

Arranjo Produtivo de Agricultores Familiars do Ceará CAJUCULTURA

São Paulo - CE, 30 de Março de 2012



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

- 2004 - EMBRAPA – Tecnologia Social no beneficiamento de castanha de caju em escala de minifábricas;
- FBB – Banco de Tecnologias;
 - Criação do Comitê Gestor;
 - Revitalização de 3 fábricas com recursos FBB;
 - Criação da Cooperativa Agroindustrial do do Caju - COPACAJU para padronizar embalar e comercializar as amêndoas.



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

- 2005 - 06 fábricas construídas e equipadas - FBB;
 - 01 fábrica revitalizada - Tururu - FBB;
 - Capacitações.
-
- 2006 - Adequações nas fábricas e equipamentos;
 - Inclusão da fábrica de Fortim;
 - Nova forma organizacional.



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

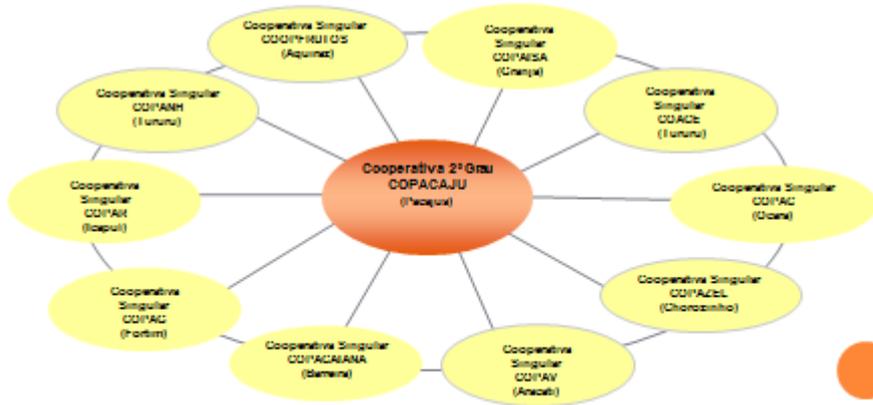
Primeiro Modelo Organizacional





Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

Modelo Organizacional Atual



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA





COPACAJU
central de cooperativas

Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

2007 - 10 fábricas em atividade:

- Icapui, Aracati, Fortim, Chorozinho, Ocara, Aquiraz, Tururu (2), Barreira e Granja
- Adequação dos processos de beneficiamento
- Implantação de planilhas de controles
- Prática dos conteúdos teóricos adquiridos nos cursos
- Dificuldades na comercialização



COPACAJU
central de cooperativas

Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

2008 - Melhoria dos processos de fabricação

- Maior controle financeiro
- Padronização das amêndoas
- Participação em feiras e eventos
- Maior divulgação da marca COPACAJU
- Definição do mercado
- Comercialização de toda a produção



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

2009- Capacitação em Boas Práticas de Fabricação

- Plano de Marketing
- Estudo de Mercado
- Controle de Qualidade
- Aprimoramento das práticas de controle
- Encontros para integração das cooperativas
- Apresentação de Proposta à CONAB para CPR – Formação de Estoque.



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

2010 - Faltam recursos para compra de castanhas;

- Quebra de safra;
- Operam 5 Fábricas de forma intermitente
- Comercialização de toda a produção;
- 07 fábricas ampliadas (04 FBB; 03 outros);
- Classificação para o programa “Talentos do Brasil Rural”.



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

2011- Implantação de 3 Fábricas de cajuína e polpa de frutas (FBB)

- Diagnóstico do endividamento dos cooperados
- Organização dos Produtores para captação de recursos – DAP individual e jurídica
- Apresentação de proposta à CONAB para CPR – Formação de Estoque;
- Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social.



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

CENTRAL DE COOPERATIVAS COPACAJU
Pacajus – CE





Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

Fábrica de Tururu - CE



Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

EMBALAGENS





Arranjo Produtivo de Agricultores Familiares do Ceará CAJUCULTURA

Parceiros



APRESENTAÇÃO PILOTO DO COMÉRCIO EM PORTO ALEGRE/RS

PILOTO Comércio Porto Alegre

II Seminário do Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social: difusão de ações coletivas para a formalização.

São Paulo, Março 2012



Informalidade Comercio de POA

**(108 mil comerciários em Porto Alegre:
40% da categoria ainda está na informalidade)**

Forma de Inserção Ocupacional	(Em 1.000 pessoas)		
	Porto Alegre		
	1999	2009	2010
Total de Ocupados no Comércio	89	108	108
Empregados	54	76	75
Emprego protegido (1)	40	64	64
Emprego subcontratado (2)	6	- (6)	- (6)
Emprego ilegal (3)	8	9	8
Trabalhadores Independentes	27	23	24
Conta Própria (4)	24	21	21
Pequenos Empregadores (5)	- (6)	- (6)	- (6)
Profissional Universitário Autônomo	- (6)	- (6)	- (6)
Demais ocupados	8	9	10

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE, FEE

Informalidade Comercio de POA (19,7% são trabalhadores por conta própria)

Forma de Inserção Ocupacional	Porto Alegre		
	1999	2009	2010
Total de Ocupados no Comércio	100,0	100,0	100,0
Empregados	60,4	70,1	69,1
Emprego protegido (1)	44,5	59,1	59,7
Emprego subcontratado (2)	7,0	- (6)	- (6)
Emprego ilegal (3)	8,9	8,2	7,3
Trabalhadores Independentes	30,4	21,6	22,0
Conta Própria (4)	27,5	19,6	19,7
Pequenos Empregadores (5)	- (6)	- (6)	- (6)
Profissional Universitário Autônomo	- (6)	- (6)	- (6)
Demais ocupados	9,2	8,3	8,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/RAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: DIEESE

(1) Incluem empregados com carteira assinada pelo setor privado e público e o estatutário pelo setor público.
(2) Incluem assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa.
(3) Incluem empregados sem carteira assinada do setor privado e do setor público.
(4) Incluem autônomo para mais de uma empresa, autônomo para o público e dono de negócio familiar.
(5) Empregadores com até 5 empregados e companhias até o rendimento mediano nominal mensal.
(6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ÔNIBUS DA FORMALIZAÇÃO

Iniciativa Inédita da SMIC, CARRIS E SEBRAE/RS

Percorreu 36 bairros de Porto Alegre,

Realizou 597 registros de empreendedores individuais (EI)

Objetivo: orientação sobre gestão empresarial, microcrédito, alvarás e licenças municipais



Fonte: Relatório SMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) 2010-2011

Empreendedores Individuais formalizados em Porto Alegre 2009-2011

Nome	Total
PORTO ALEGRE – 2009 (inicio em setembro) todos setores	14.054
Somente COMÉRCIO	3.992 (28%)

Fonte: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticas.app/Estatisticas/SimeiPorMunicipio.asp> e SEBRAE

PESQUISA CONTA-PRÓPRIA COMÉRCIO DE POA

MOTIVOS DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Interesse do DIEESE e da OIT em saber:

- os motivos para estarem na Informalidade;
- levantar as demandas por qualificação profissional
- identificar as necessidades de políticas públicas (alvará de funcionamento; crédito; financiamento para compra/investimentos; previdência social: Micro Empreendedor Individual)...
- conhecer o perfil dos trabalhadores no comércio de Porto Alegre – Conta-própria do Camelódromo e Av. Assis Brasil (comércio de rua foi sugestão do PILOTO POA – reunião julho 2011);

Técnica de Grupo Focal

- Grupos Focais são instrumentos de pesquisa qualitativa utilizados para a obtenção de informações em profundidade sobre determinado tema junto aos atores sociais que se pretende estudar. Essa dinâmica consiste na composição de grupos nos quais os participantes são estimulados a expressar suas opiniões, percepções e experiências sobre questões previamente selecionadas. Essa técnica é feita com a organização de um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, sendo, portanto, rápida e de baixo custo.
- O bom desempenho dessa técnica depende de diversos fatores, em especial da composição dos grupos, pois estes devem captar a heterogeneidade do universo a ser pesquisado. Assim, a definição da quantidade e das características dos grupos, bem como a escolha dos participantes, deve ser orientada de forma a contemplar as diversas visões existentes e favorecer a expressão dos distintos posicionamentos em relação às questões investigadas.

• **QUESTÕES METODOLÓGICAS**

- Estruturação e organização dos Grupos Focais
- Composição dos Grupos Focais
- Elaboração dos roteiros de debate e fichas socioeconômicas
- Realização dos Grupos Focais

Estruturação e organização dos grupos focais

Para a estruturação e organização dos Grupos Focais, foi necessário o desenvolvimento do processo descrito abaixo:

- definição das características dos trabalhadores do comércio para a realização dos Grupos Focais;
- definição da composição de cada um dos Grupos;
- seleção de trabalhadores para participação nos Grupos Focais
- elaboração da Carta Convite;
- realização de contatos (pessoal, telefônico ou eletrônico) para convite à participação;
- organização dos Grupos;
- elaboração dos roteiros de questões para a condução dos trabalhos;
- elaboração de fichas socioeconômicas para aplicar nos Grupos;
- cotação de preços de locais para a realização dos trabalhos;
- contratação de local e de serviços de suporte para o evento (lanche, gravação etc.)
- organização do material de apoio para a realização dos Grupos Focais;
- realização dos Grupos e transcrição das fitas para a elaboração dos relatórios de análise;
- elaboração da síntese das fichas cadastrais;
- elaboração do relatório analítico dos Grupos Focais.

QUESTÕES : ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

- O que gostam e o que não gostam do trabalho que realizam
- O que acham que as pessoas pensam sobre o trabalho que fazem
- Condições de vida e trabalho
- O que poderia ser feito para melhorar as condições de trabalho
- Se conhece algum programa para diminuir a informalidade
- Se tem interesse em se formalizar
- Áreas de interesse por capacitação profissional
- Avaliação da oficina/pesquisa



Camelódromo – Proprietários

alguns pontos revelados na pesquisa de Grupo Focal

(o relatório na íntegra será disponibilizado para as instituições integrantes do PROJETO)

- Motivos que levaram a ser dono do próprio negócio: falta de outra oportunidade e não ter patrão
- Trabalhar no camelódromo é melhor do que na rua, fica abrigado da chuva e do sol e tem banheiro, mas o aluguel e condomínio são muito caros
- A vantagem, abrir, fechar a porta e ir embora. Não precisar montar e desmontar toda a mercadoria. Não precisa mais carregar o carrinho
- Condições de trabalho: problemas com o espaço físico (calor, goteiras, segurança, posto de saúde, creche, estacionamento, banheiro não deveria ser pago, avaliam que é necessário mais publicidade e propaganda)

Camelódromo – Proprietários

alguns pontos revelados na pesquisa de Grupo Focal

- Quem trabalha nas bancas do fundo vende menos – Bloco B (disparidades BLOCO A e B)
- Falta de união entre os comerciantes
- **Formalização:** alguns já tem CNPJ, são EI e outros até teriam interesse mas alegam não ter condições pois vendem muito pouco.

Muitos já haviam realizado curso (SEBRAE)

Jornada e questão financeira (para não realizar curso)

Área de Interesse Capacitação profissional

- Idiomas, técnicas de vendas, gestão de loja, atendimento ao público, como expor a mercadoria.

Camelódromo – Trabalhadores Auxiliares

alguns pontos revelados na pesquisa de Grupo Focal

- A maioria não tem carteira de trabalho assinada (muitos auxiliares tem vínculo familiar)
- Não conhecem programa para diminuir a informalidade
- Metade do grupo já havia realizado algum curso e outra metade não (financeiro e falta de tempo são pontos levantados para não realização de curso)
- Condições de trabalho (problemas com espaço físico-similar as questões citadas pelo grupo de proprietários)
- Área de Interesse Capacitação profissional : Informática, linguas e vendas

Comércio de Rua – Av. Assis Brasil -Proprietários

alguns pontos revelados na pesquisa de Grupo Focal

- Motivos que levaram a ser dono do próprio negócio: falta de outra oportunidade e não ter patrão
- Maioria não conhecia programas para diminuir a informalidade
- Totalidade dos comerciantes tem interesse na formalização (tolerados). Gostariam de investir mais na sua banca, ter a maquina do cartão de crédito.
- A maioria não tinha realizado curso de capacitação/qualificação. Dos que realizaram área de vendas e costura foram as que mais constaram
- Cursos de interesse: gestão financeira, vendas e corte e costura
- Elevada jornada (entre 43 a 55h), idade para realização dos cursos (acima de 45 anos) e financeiro foram elementos citados para dificuldade em realizar algum curso.

Nosso desafio

- ▶ Dar visibilidade ao Projeto de Redução da Informalidade



- ▶ O caminho não é a grande mídia
- ▶ É o diálogo social pelas redes sociais



▶ Ações de comunicação já feitas

Boletim eletrônico



Blog



Folder



Documentário

Vídeo do Projeto



Como era de se esperar...

- ▶ A grande mídia não deu bola...



- ▶ Mas nós temos uma
- ▶ vantagem competitiva



- ▶ Participantes e apoiadores do projeto



midia sindical



Governo e parceiros



O que utilizar

- ▶ Meios próprios de comunicação
- ▶ Assessorias de imprensa
- ▶ Relacionamento com jornalistas
- ▶ Blogs
- ▶ Participação em redes sociais



Tarefas

- ▶ Apostar na capacidade de multiplicação das redes sociais
- ▶ Criar fatos novos – A comunicação vive de novidades
- ▶ Organizar e disponibilizar fatos e imagens mais importantes

- ▶ Compromisso com a história
- ▶ Reconhecimento futuro do papel desse projeto
- ▶ Porque na história também existe disputa de espaço!



ANEXO II- FOTOS DO SEMINÁRIO











ANEXO 3 – LISTAS DE PRESENÇA



PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social"

II SEMINÁRIO: DIFUSÃO DE AÇÕES COLETIVAS PARA A FORMALIZAÇÃO

Local: Leques Brasil Hotel-Escola (São Paulo – SP)

Horário: 09h00 às 18h00.

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 29/03/2012	
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	MARILIA NEIVA	SINDACON	041 3322 0102	Sindacon05@inter.net.br	
2	Roberto Anacleto dos Santos	DIEESE CIMA	11 3348 9000	roberto@dieese.org.br	
3	Renata Buzub	DIEESE	71 3115 1635	RENATA@dieese.org.br	
4	JOSE DE SILVEIRA LIMA	SINDACON	0411-9815451	jliveira13a@hotmail.com	
5	TEREMY GREST	STREETNET	+27 312612721	jeremygrest@gmail.com	
6	ANDREA RUFATO	DIEESE	61 33458855	andrea@dieese.org.br	
7	ANDREA RUFATO	Ministério do Trabalho	61 3200 3310	andrea.rufato@mps.gov.br	
8	Emmanuel de Araújo Dantas	MPS	61 2021-5011	emmanuel.dantas@presidencia.gov.br	
9	Samira Schatzmann	DIEESE	11 3821-2189	samira@dieese.org.br	
10	Adriana Jungwirth	DIEESE	19 8145-4447	ajungwirth@dieese.org.br	
11	Filipe Bente	MPS		filipe@mps.gov.br	

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
12	MILENA PRADO	DIEESE	8113423-6204	milena@dieese.org.br	Milena Prado
13	Luciacks S. Sorup	DIEESE	11 7627491	luciacs@dieese.org.br	Luciacks
14	LEONARDO C.S. ESCOBAR	DIEESE	(11) 95884660	leonardo@dieese.org.br	Leonardo
15	JACKELINE TEIXEIRA NATAZ	DIEESE	(81) 92435066	jackeline@dieese.org.br	Jackeline
16	RICARDO FURNIZOI	DIEESE	(51) 93344709	furnizoi@dieese.org.br	Ricardo
17	Patricia Costa	DIEESE	(11) 51294418	patricia@dieese.org.br	Patricia
18	Antonio Teares	DIEESE	(11) 9311-8425	antoni@dieese.org.br	Antonio
19	Carlo Salas	CEGT	(11) 9309 6879	csalas@ew.unicamp.br	Carlo
20	Luciana Itikawa	C. GASPAR GARCIA	(11) 8175 3957	luciana.itikawa@gmail.com	Luciana
21	TEREZA DANILHA FIGUEIREDO DE MOURAS BRITO	CENTRAL COPACAU	(85) 9983-2121	tereza.danilha@yahoo.com.br	Tereza
22	REINALDO ABLIARA	DIEESE	815 32311371	reinaldo@dieese.org.br	Reinaldo
23	LIANA TRIS GONCALVES SANTOS	ACIPAPE	(68) 9516 1141	liana-tris@hotmail.com	Liana
24	LUÍZIA FLORA DUARTE	SINDICATO	081-99462892	081-99462892	Flora
25	SANDRINA PEREIRA	IPEA	61 8152 7044	sandrina.pereira@ipea.gov.br	Sandrina
26	Chaves Scherer	DIEESE	61 8404-7068	chaves@dieese.org.br	Chaves
27	DANIELLE KINEIPP	MTE	61 3247-2508	danielle.kineipp@mte.gov.br	Danielle
28	Stania O. Pereira	DIEESE	61 8345 8855	stania@dieese.org.br	Stania
29	Ruth Coelho Monteiro	FORSA SINDICA	11 79929581	ruthcmonteiro@gmail.com	Ruth
30	Francisco Cabral da Trindade	AC.S.T.	11 21557102	ccabral@sinthrup.org.br	Francisco
31	ATILIA ROGERIO e NUNY	ETB	11 31060700	atilia@etb.org.br	Atilia
32	CLAIRE SIMAS COSTA	MTE	(61) 33176578	claire.costa@mte.gov.br	Claire
33	RODRIGO NUNES TORELLY	MTE	(61) 33176571	rodrigo.torelly@mte.gov.br	Rodrigo
34	LEONARDO SOUZA DA SILVA GUIMARÃES	MPS	(61) 3021-5236	leonardo.guimaraes@previdencia.gov.br	Leonardo
35	VANDERLEY MACANEIRO	ANFIP	61 8117-4702	vanderley@anfip.org.br	Vanderley
36	CLENEUTE SILVA COSTA	DIEESE	(11) 71294421	cleneute@dieese.org.br	Cleneute

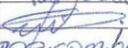
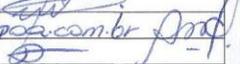
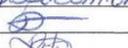
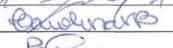
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
37	Ademir HOUZEIRO	DIEESE	3374 5366	ademir@dieese.org.br	[Assinatura]
38	ALFONSO LIMBERGER	APOR-POA	51.91818209	alfonso.limberger@YAHOO.COM.BR	[Assinatura]
39	Jalpin Santos de Lima	Força Sindical	(51)99923323	jalpinsantos@hotmail.com	[Assinatura]
40	EUCLESIO MARCOEL FINATTI	SINDUSCON-PR	(41)99725342	euclesio@braengel.com.br	[Assinatura]
41	LUIS ANTONIO FESTINO	NCST	(61)32264000	festino@NCST.org.br	[Assinatura]
42	MARCOS AUGUSTO SOUZA	DIEESE	(11)38242167	marcos@dieese.org.br	[Assinatura]
43	Daniel Lourenço	DIEESE	(11)38746419	dnlourenco@gmail.com	[Assinatura]
44	ADRIANA WUNES COSTA	SINTE/SINF	5132246126	adriana@sinthesinte.preppos.com.br	[Assinatura]
45	Edno César de Moraes	SEBRAE/PR	(41)3330.5739	edno@pr.sebrae.com.br	[Assinatura]
46	LUIS MAR FIBIARO JUNIOR	CONTAG	61 82046700	luismar@contag.org.br	[Assinatura]
47	SEBASTIÃO ROSA	STRATUPORANGA	4788531183	ROSA.SEBASTIAO@YAHOO.COM.BR	[Assinatura]
48	RAIMUNDO SCADES DA SILVA	C. COPACABUNA	25-9197 8270	RSCADES.CHE@GMAIL.COM	[Assinatura]
49	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	C. COPACABUNA	85 91235157	RAIMUNDO.CHE@HOTMAIL.COM	[Assinatura]
50	Helena Reop	SEBRAE	61 33487223	helena.reop@sebrae.com.br	[Assinatura]
51	Liliane Andréa Marques	DIEESE	61-33458855	liliane@dieese.org.br	[Assinatura]
52	Rosilene de Souza Cruz	DIEESE	85-88636565	rosilene@dieese.org.br	[Assinatura]
53	LEONARDO M. FERREIRA	DIEESE	79-81275199	leonardo@dieese.org.br	[Assinatura]
54	CAROLINA VERISSIMO BARBIERI	MPS/SPPS	61-2021-5776	carolina.barbieri@previdencia.gov.br	[Assinatura]
55	TUNIOZ CESAR DIAS	DIEESE	61-2102 2288	TUNIOZ@DIEESE.ORG.BR	[Assinatura]
56					
57					
58					
59					
60					

PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

II SEMINÁRIO: DIFUSÃO DE AÇÕES COLETIVAS PARA A FORMALIZAÇÃO

Local: Leques Brasil Hotel-Escola (São Paulo – SP)

Horário: 09h00 às 18h00.

		LISTA DE PRESENÇA			DATA: 30/03/2012	
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA	
1	ROSILENE DE SOUZA CRUZ	DIEESE	85-8863-6565	rosilene@dieese.org.br		
2	Liliane Arruda Marques	DIEESE	61-3345 8855	liliane@dieese.org.br		
3	Luiz A.M. FERREIRA	DIEESE	49-81275359	luiz@dieese.org.br		
4	REGILANE FERNANDES DA SILVA	MTE/SENDES	61-8158 5387	regilane.fernandes@mte.gov.br		
5	MARIN NEZA LIMA DE OLIVEIRA	SINDACON	041 3322 0100	sindacon.pernambuco.org.br		
6	ADRIANA NUNES COSTA	SINTE/SINE	051 32246126	adriana.nunes@sin-te.prefpoa.com.br		
7	Raimundo Soares da Silva	COIACA 70				
8	Raimundo Pernambuco da Silva	COIACA 70	75-81779270	raimundo@coiaca.com		
9	Edsonardo de L. Damilho	SINDACON	3364 4667	edsonardo@sindacomb.com		
10	CAROLINA VEDICIANO PACHECO	MIS/SPDS	61-2021-5176	CAROLINA.PACHECO@REGULADORIA.GOV.BR		
11	BRUNO GIOMETTI PIETRO	P.T. - CNT	(548) 2480795	brunotgiometti@gmail.com		

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
12	Valpia Santos PE Lima	Dioces e Forop	51 32545539	Valpiasilima@Hotmail.com	
13	Samira Schatzmann	DIEESE	11 3812189	Samira@diece.org.br	
14	Cláudio Scherer	DIEESE	61 3404-7068	claudio@diece.org.br	
15	Samuel Pereira	FECA			
16	Andrea Rufato	MPS	61 82003310	andrea.rufato@mps.gov.br	
17	Daniela B. Gaudi	DIEESE	51 32114172	daniela@diece.org.br	
18	José de Livy Gira Lima	SINTERCON	61 33156451	livygira@Hotmail.com	
19	Jaceline Teixeira Natal	DIEESE - BRPE	81 92485066	jaceline@diece.org.br	
20	Roberto Augusto dos Santos	Diece com	11 33489000	Roberto@diece.org.br	
21	Antonio Barros	DIEESE	9311 8425	antbar@diece.org.br	
22	Luciana Itikawa	C. Gaspar Garcia	(11) 81953957		
23	Stenia C. Pereira	DIEESE	61 33458455	stenia@diece.org.br	
24	Filipe Spette Reixoto	MPS		Reixoto.FP@gmail.com	
25	Ruth Lúcia Monteiro	FORÇA SINDICAL	(11) 79929581	ruthcmonteiro@gmail.com	
26	Carla Geacato de O. Almeida	MTE/SRE-SP	(11) 3150-8188	carla.geacato@mte.gov.br	
27	Luana Louz G. Farias	ACIPA	(82) 9516-1944	luana-far@Hotmail.com	
28	Marcos Antônio Souza	DIEESE	(11) 7316 2883	marcos@diece.org.br	
29	Fernando Siqueira Neves	DIEESE	(11) 38749130	funguina@diece.org.br	
30	Renata Belchior	MTE	(71) 3115-1635	renata@diece.org.br	
31	ALFONSO LIMBERGERA	ACCAC-POA	51-51818209	alfonsalimbergera@YAHOO.COM.BR	
32	SEBASTIÃO ROSA	STR ITUPORANGA	49 33531183	ROSA.SEBASTIAO@FAMHOA.COM.BR	
33	JUNIOR CESAR DIAS	DIEESE	61-2102 2288	Junior@diece.org.br	
34	ROSANE MAIA	ONDEUS	61-33458355	rosanemaia@diece.org.br	
35	RICARDO FANTAZI	DIEESE	51-33341700	fantazi@diece.org.br	
36	JEREMY GREST	STREETNET	+27 31 2612721	jevemygrest@gmail.com	

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
37	MILENA PRADO	DIEESE	(11)34236204	milena@dieese.sp.br	Milena Prado
38	MILENA PRADO	EDUCACAO	873231578	FOOC	
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					

